

NOVOS RUMOS

Prestes Conclama o Povo à Ação: Romper Com o FMI e Conquistar as Reformas

ANO V — Rio de Janeiro, 31 de maio a 6 de junho de 1963 — N.º 223

Brizola Denuncia Compra da Bond And Share Como um Ato de Traição Nacional

Texto na 3ª página



Arraes fala claro, duro e certo

Aeronautas Dão Prazo de 2 Dias Para a Varig Readmitir o Líder

A convite de organizações sindicais e estudantis, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, esteve, na semana que passou, em São Paulo, Minas Gerais e na Guanabara. Nos três Estados falou para multidões de milhares de pessoas. E fez talvez os pronunciamentos mais sérios até agora ouvidos de um governante brasileiro.

Arraes disse, de forma incontestável, a espollação imperialista e as relações feudais no campo. Suas definições — contribuir para a conquista das reformas de base — vão publicadas, em sua parte principal, na página 8. Na foto, o governador de Pernambuco é cumprimentado pelo ministro Almino Afonso, após sua conferência no Teatro Paramount, em São Paulo. Em Belo Horizonte Arraes falou na Secretaria de Saúde e Assistência, no Rio, na sede do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira.

Desde terça-feira passada, dia 28 está sendo cotado o prazo que os aeronautas concederem à VARIG para readmitir ou anular a demissão do comandante Paulo Melo Bastos, sob pena de uma greve que imobilizará no chão todos os aparelhos da aviação comercial.

O problema criado pela direção da VARIG coincidiu com os trabalhos de articulação da greve geral pelas reformas de base e, no curso dos quais o caso do comandante Melo Bastos foi examinado, com vários pronunciamentos de solidariedade, inclusive com o recurso a greve.

ADVERTÊNCIA

Tomando posição o CGT distribuiu nota oficial advertindo a direção da VARIG e o Governo "que a demissão do nosso companheiro Melo Bastos, em flagrante

desrespeito às liberdades democráticas e direitos sindicais, atinge a todos os trabalhadores brasileiros e, por isso, o CGT não é responsável pelas consequências que possam advir."

Dezenas de entidades sindicais também já manifestaram integral solidariedade ao comandante Melo Bastos e ao Sindicato dos Aeronautas, cujas assembleias têm comparecido vários representantes de sindicatos irmãos. Em telegrama ao presidente da República a Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara pediu intervenção na VARIG, para posterior encampação, com imediata suspensão do pagamento das subvenções. A mensagem da CPDS recomenda, ainda, que o IAPFESP realize rigorosa devassa na empresa com aplicação de sanções pelas inúmeras irregularidades que se verificam na sua contabilidade e funcionamento.

APOIO DO PUA
Além do movimento de solidariedade e nca bebado pelo CGT e outras manifestações de sindicatos, isoladamente, o movimento em defesa do comandante Melo Bastos, que exerce inúmeros mandatos sindicais, recebeu o apoio integral do Pacto de Unidade e Ação, integrado por marítimos, portuários, ferroviários e estivadores, onde se aceita com uma possível greve de solidariedade.

Aeroviários e trabalhadores em petroleo igualmente tomaram posição face à violência da VARIG, cujo objetivo confessado é liquidar com a campanha pela criação da Aerobrás e estrangular as denúncias contra irregularidades que se verificam na companhia.

Em nota à imprensa, o ministro Almino Afonso denuncia a ilegalidade da medida adotada pela direção da VARIG, expressando sua solidariedade a aquele conhecido dirigente sindical.

CGT Autorizado a Deflagrar a Greve Geral Pelas Reformas

Texto na 3ª página



Analisando a situação política brasileira e a luta de nosso povo pelas reformas de base, o dirigente comunista Luis Carlos Prestes forneceu à imprensa a seguinte entrevista:

Pergunta — Qual a sua opinião sobre a atual situação política do País?

Resposta — Tomemos como ponto de partida o plebiscito de 6 de janeiro. Mais de dez milhões de eleitores foram naquele dia às urnas para repudiar a manobra conciliadora de setembro de 1961 e derrotar as forças reacionárias, revelando ao mesmo tempo a poderosa base de massas de que disporia o sr. João Goulart para pelo menos iniciar as reformas básicas reclamadas pelo progresso da Nação. Acreditamos que jamais em nosso País contou um presidente da República com tão poderoso apoio popular. Além disto, é também certo que o sr. João Goulart dispõe de um dispositivo militar que lhe permite tomar sem receio as medidas reclamadas pelo povo, medidas aliás inscritas na plataforma do PTB e repetidas vezes prometidas pelo sr. Goulart quando candidato e, mais tarde, quando lutava pela imediata realização do plebiscito e pela volta ao presidencialismo.

Os meses, no entanto, se passam e o sr. Goulart continua a fazer promessas, enquanto as condições de vida das grandes massas trabalhadoras tornam-se cada vez mais precárias, para não dizer insuportáveis. O recente aumento do preço do açúcar, em proporções escandalosas, é fato sem precedentes, que abala o prestígio de qualquer governo. Estamos frente a bancarrota da política de sucessivas e sucessivas concessões ao imperialismo e ao latifúndio. As eternas promessas e as manobras demagógicas do sr. Goulart ainda enganam a alguns setores da população, mas não podem durar muito. Os trabalhadores não são tolos e sabem o quanto valem, em nosso País, os poderes de um presidente da República, particularmente quando dispõe do apoio popular e militar com que conta o sr. Goulart, sendo assim capaz de exigir do Parlamento as reformas de base que tanto prometeu.

A situação política do País se caracteriza pelo crescente desmoronamento entre as aspirações da maioria do País e a política que vem sendo seguida pelo sr. Goulart. O sr. Goulart, ao contrário de aprofundar-se e não fazer reformas de última hora que conseguissem impedir que se já não indicassem crises políticas cada vez mais agudas, de que tantos demagogos, a crescente disposição de luta dos trabalhadores e as manifestações dos militares patriotas.

Outro indicio da bancarrota da política de conciliação está na duplicidade das atitudes do presidente da República. Quando manda seu agente Crockatt de Sá empenhar-se em dividir o movimento sindical, que apoia o general Osório e mantém a frente do Ministério da Guerra o sr. Kruehl; que fala em organizar um novo ministério para as reformas e acena com homens de reacionários como Roberto Campos, Carvalho Pinto, Amaral Peixoto, Antonio Balbino, Tancredo Neves, para pastas das mais importantes. São evidentemente manobras de pernas curtas, que mostram ser inexorável o fim da situação atual de miséria para o povo e de vergonhosa submissão ao opressor norte-americano. Não serão os aspectos positivos da política externa do Governo, aspectos que firmemente apoiamos, que poderão impedir esse fim.

Pergunta — Qual a importância das reformas de base do ponto de vista da melhoria das condições de vida de nosso povo e da luta pela emancipação nacional?

Resposta — Torna-se cada dia mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País. Nem o chamado "desenvolvimento" tão apregoado pelo sr. Kubitschek, nem o estancionamento da economia, reclamado pelo sr. Gudin e outros partidários do Fundo Monetário Internacional, atendem aos interesses da Nação. O desenvolvimento capitalista dentro do quadro da dependência ao imperialismo e com a conservação da estrutura agrária baseada no latifúndio leva à crescente inflação e à exploração cada dia mais brutal das grandes massas trabalhadoras e a uma espollação cada vez maior da Nação pelos monopólios imperialistas. Quanto às soluções propostas no Plano Trienal, já está claro que só podem levar ao estancionamento da nossa economia, ao desemprego em massa, à submissão às exigências políticas do Governo dos Estados Unidos e a negociações escandalosas, como é o caso da compra pelo governo do Brasil das ações da Bond and Share. Um novo curso para o desenvolvimento econômico e político exige a adoção de soluções nacionalistas e democráticas que, embora parciais, estejam fora dos marcos da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrogrados dos latifundiários. Os comunistas já apresentaram sua opinião a respeito das reformas mais prementes, capazes de abrir caminho para uma política de desenvolvimento independente e progressista do País. Pensamos ser indispensável, além de uma reforma agrária radical que acabe com o latifúndio e assegure o acesso à terra das grandes massas trabalhadoras do campo, a adoção de uma política de restrição ao capital monopolista estrangeiro, a reforma do sistema cambial e nova política de comércio exterior, a reforma tributária e nova política financeira, e ainda uma nova política visando ao desenvolvimento do Nordeste. As reformas de base permitirão que o desenvolvimento econômico seja acompanhado da elevação do nível de vida dos trabalhadores e determinarão uma modificação na correlação de forças políticas que conduzirá à conquista de governos em que será cada vez maior a influência da classe operária e dos camponeses e que poderão, por isso, pôr em prática as medidas radicais indis-

pensáveis à completa emancipação nacional e ao progresso social.

Pergunta — Nas condições atuais, é indispensável encampar a Constituição para realizar a reforma agrária?

Resposta — Sim, já que o preceito do parágrafo 26 do artigo 161 da Constituição Federal, que exige o pagamento prévio em dinheiro para qualquer desapropriação, torna o fato irrealizável uma reforma máxima da propriedade territorial a 500 hectares — como propõem os comunistas — as extensões excedentes deveriam automaticamente ser desapropriadas. A reforma agrária pode ser realizada dentro da lei e da Constituição, desde que, eliminadas aquelas parcelas reacionárias, possam as extensões desapropriadas ser pagas em títulos da dívida pública a prazo longo e juros baixos. Se queremos efetivamente acabar com o latifúndio, será necessário desapropriar muitos milhares de hectares, o que torna inviável qualquer utilização em dinheiro, que exigiria a multiplicação do atual meio circulante — medida que nenhum governo responsável poderia tomar. A revogação do referido preceito constitucional é, assim, indispensável e não significa de forma alguma qualquer ameaça ao direito de propriedade, como propagam os defensores do latifúndio. Mesmo porque nenhuma força será capaz de impedir a reforma agrária que, se não se realizar dentro da lei e da Constituição, terá de ser feita, pela ação das forças progressistas, através dos caminhos que se tornarem necessários.

Pergunta — Que caminhos deve seguir nosso povo para alcançar a vitória na luta pelas reformas de base? Em particular, na luta pela reforma agrária?

Resposta — As reformas de base só serão alcançadas através da ação unificada das forças patrióticas e democráticas, muito especialmente da classe operária e das grandes massas trabalhadoras do campo. É indispensável exercer forte pressão de massas sobre o Parlamento e o Poder Executivo. No caso particular da reforma agrária, é necessário compreender que as grandes massas trabalhadoras do campo não poderão de forma alguma ficar de braços cruzados à espera de medidas que já não são inevitáveis. A campanha de massas que ali onde se camponeses organizados, os camponeses são obrigados a tomar, em maior ou menor escala, medidas de reforma agrária. Já são necessários os meios de posseiros que, por haverem lutado, inclusive com armas na mão, em defesa da terra em que vivem, sabem por experiência própria que a luta pela reforma agrária só será vitoriosa na medida em que os trabalhadores do campo souberem organizar suas forças e tomar a iniciativa de lutar concretamente contra o monopólio da terra, negando-se a pagar a renda, o foro ou o arrendamento, não aceitando pagamentos em vales para o barracão, enfrentando a ocupação dos latifúndios exploratórios. Cabe à classe operária e às demais forças patrióticas e democráticas apoiar firmemente as ações camponesas pela reforma agrária.

Pergunta — Acha justificável o rompimento de relações com o Fundo Monetário Internacional?

Resposta — As consequências da aplicação pelo Governo da orientação proposta pelo Plano Trienal já são conhecidas dos trabalhadores. Continua o encarecimento do custo de vida e isto se dá, ao contrário do que pretende o sr. Magalhães, em ritmo superior ao do ano passado. O desemprego já começa a assumir sérias proporções. Os comerciantes e industriais pequenos e médios já sentem as consequências da restrição ao crédito produtivo. São as consequências, antes de tudo, da submissão do Governo às exigências do Fundo Monetário Internacional. Os interesses nacionais reclamam uma política econômico-financeira diferenciada, de ruptura com o FMI e, portanto, a moratória unilateral, isto é, a suspensão imediata dos pagamentos no exterior, de maneira que os recursos decorrentes de nossas exportações possam ser aplicados na aquisição das máquinas e matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento da economia nacional. Neste momento, romper as negociações com o FMI, é medida que se impõe, ainda porque para satisfazer as exigências da referida agência do imperialismo lanque, tenderá o Governo brasileiro a adotar uma política reacionária, de violências contra o povo. Assim, é também a salvaguarda das liberdades democráticas que torna indispensável a intensificação da luta pela modificação da política econômico-financeira do Governo e pela moratória.

Pergunta — Tem o atual Governo condições de realizar as reformas de base?

Resposta — O atual Governo, pela sua composição e pela sua política, é um governo de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. A própria realização das reformas de base implica na derrota da política de conciliação e, portanto, no afastamento do ministério dos agentes do imperialismo e dos defensores do latifúndio e sua substituição por nacionalistas e democratas. Só um governo de coalizão das forças nacionalistas e democráticas, que não seja um governo em que apenas a burguesia esteja representada, mas também as outras forças da frente única, poderá dar início, de maneira consequente, às reformas de base reclamadas pela Nação. E é por isso que a luta pelas reformas de base é inseparável da luta por um governo nacionalista e democrático e, em particular, da luta contra os representantes dos interesses do imperialismo e do latifúndio que fazem parte do atual ministério, tais como o sr. Kruehl, os ministros do PSD e do PSP, sr. Balbino, Pinheiro Chagas e Monteiro de Barros, e os executores do Plano Trienal, sr. Sarj Tiago Dantas e Celso Furtado.

TRABALHADORES EM COMÍCIO NA GB: REFORMAS JÁ

Cerca de dez mil pessoas reuniram-se sexta-feira, dia 24 de maio, em gigantesco comício convocado pelo Pacto de Unidade e Ação, nas imediações do Palácio Tiradentes. O comício foi precedido por quatro passeatas, realizadas pelos ferroviários da Leopoldina, da Central, marítimos, estivadores e portuários que se juntaram no local às 18 horas. Sob intenso entusiasmo, a multidão, que bradava haver chegado a hora das decisões, ouviu os vários oradores que, da tribuna improvisada, falavam sobre a

inadmissibilidade da aprovação das reformas estruturais e em defesa das liberdades constitucionais, contra as violências cometidas contra sargentos e subtenentes presos por lutarem por suas reivindicações. Um dos principais oradores foi o deputado Leonel Brizola, que, criticando aspectos negativos da política governamental, exortou

o presidente da República a descausar-se tem definitivo dos agulhas que o cercam e a unir-se ao povo, definindo-se mais claramente, e com urgência, em vez de manter uma política ambígua e conciliatória. Em nome do Comando Geral dos Trabalhadores falou o deputado estadual Hércules Corrêa dos Reis, que defendeu a legiti-

midade da pressão popular para a conquista das reformas de base que o Congresso insiste em não dar, embora os parlamentares procurem dizer que as aprovarão, sob um paliativo sanduíche e pseudo-reútilis, sem a finalidade exclusiva de lidar e neutralizar as massas que lutam. Falaram também os deputados federais Sérgio Magalhães e Manoel de Costa Santos, além de vários líderes e dirigentes sindicais, estudantes e populares. Na foto um aspecto da concentração, quando discursava o deputado Hércules Corrêa.

Light e Lacerda Ameaçam Demitir Mil Trabalhadores Sem Pagar Indenização

URSS MOSTRA O NOVO

Foi inaugurada em Moscou, há poucas semanas, a exposição das conquistas da economia nacional da União Soviética. Neste ano, serão exibidas na mostra mais de 100 mil produtos. Um deles é o trator "Prolet-K-700", universal, com 220 CV. Há também maquetas de uma turbina a vapor de 300 mil KW; do taxi aéreo "AN-14", que dispensa aeródromo; e da máquina cibernética "Automatizir", capaz de regular e controlar o movimento dos trens do metropolitana de Moscou.

SOBE A RENDA

No transcurso do último Plano Quinquenal (1967/1971), cumprido em 1966, a renda nacional na Coreia aumentou 3,1 vezes em relação a 1960. Sabese que três quartos dessa renda são aplicados no consumo individual dos trabalhadores. No mesmo período, a venda de artigos de consumo subiu 3,1 vezes e foram construídos 11.230.000 metros quadrados de moradias modernas.

O VINHO TAMBÉM

Está prevista na Albânia, na próxima estação vinícola, uma produção de vinho superior em 15% à do ano de 1962. Uma parte dessa produção está destinada à exportação. O desenvolvimento rápido da cultura da uva no país faz prever que em 1965 a produção de vinhos será triplicada em relação ao ano de 1960.



POLÔNIA EXPORTA MAIS

A Polônia vem registrando índices crescentes na exportação de máquinas têxteis nos últimos anos. De um total de US\$ 1.625 milhão em 1959, alcançou o montante de US\$ 6.375 milhões em 1962. Cerca de 80% do valor global das exportações de máquinas têxteis da Polónia foi consignado aos países socialistas, principalmente a URSS, Hungria, România e Bulgária. Os restantes 20% destinaram-se a vendas aos mercados da Argentina, Austrália, Índia, Irã e Tunísia.

ISTO É QUE INCOMODA

O ano de 1963 será em Cuba o Ano da Organização. Uma das grandes tarefas previstas é a de elevar o nível cultural dos trabalhadores. Para isso, o curso de Super-Operária graduará 30.000 alunos e um milhão de trabalhadores serão levados à Prova de Escorridade Serão criadas Faculdades Operárias, desenvolvendo-se, entre outras matérias, o ensino de idiomas estrangeiros aos trabalhadores.

A BATATA É DOCE

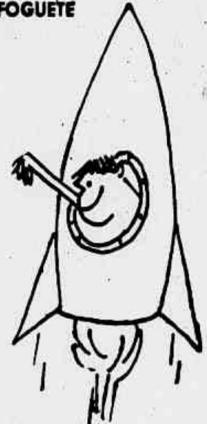
A România está procedendo a experiências de aclimação de vários produtos agrícolas, entre os quais a batata doce, procedente da República Popular da China, e considerada de elevado poder alimentício. Nos terrenos do Instituto de Agronomia N. Balcescu, de Bucareste, foram obtidos 38 mil quilos de raízes e 40 mil quilos de excelente forragem, por hectare. Neste ano, está sendo cultivada a batata doce, a título experimental, em várias fazendas estatais e coletivas das regiões de Bucareste, Galati, Oltitena e Banat.

MENOS ACIDENTES

Na "Mina da Vitória", de Fushan (Norte da China) foi criada em janeiro de 1963 uma rede especial de inspetores de segurança do trabalho, encarregados de melhorar as condições em que operam os mineiros e de ativar medidas de prevenção a acidentes. Desde então, não houve um só acidente grave e os de menor monta diminuíram em mais de 65%. Ao mesmo tempo, a mina vem cumprindo as quotas mensais de produção antes dos prazos previstos.

QUASE UM FOGUETE

Desenhistas soviéticos começaram a elaborar os projetos de novos aviões civis de grande raio de ação. Sua velocidade será o dobro da do som e terá uma fuselagem aerodinâmica, terminando em forma de agulha. Terá 80 metros de comprimento e pesará mais de 100 toneladas, tendo o seu assento um ângulo reduzido. Nesse avião, poderão viajar com todo o conforto 120 passageiros, fazendo em cinco horas o percurso Moscou-Havana.



ECONOMIA SADI

De 1958 a 1962, o volume da produção industrial na Tchecoslováquia aumentou de 44% e a renda nacional, de um quarto. 176 bilhões de coroas foram destinadas ao desenvolvimento da economia nacional. A produção de energia elétrica subiu de 10.630 milhões de kw/hora em 1958 para 28.732 em 1962. A produção de tratores subiu de 24.601 unidades para 32.442, nos mesmos anos.

MÁQUINAS-FERRAMENTAS

A Fábrica de Maquinaria de Hanoi (Vietnã) aumentará sua produção, este ano, de 9% em relação a 1962. A empresa produzirá também máquinas-ferramentas, destinadas a equipar os diversos ramos da economia nacional, mas em quantidade que permitirá reservar uma parte para a exportação.

A zero hora do dia 20 de corrente deixaram de correr os 119 bondes que serviam à Zona Sul da Guanabara. A notícia não teria maior significação não fosse a situação do pessoal que movimentava esses carros e mais algumas dezenas de rebocues.

Com a suspensão do tráfego de bondes para Copacabana, Cete, Botafogo, Leblon, Laranjeiras, Coque Velho etc., 1.072 homens ficaram sem trabalho. Isso porque, transferida a Companhia Jardim Botânico para o patrimônio do Estado, entenderam os americanos da Light que aquele compete, igualmente, as obrigações trabalhistas com o pessoal, o que é repellido pelas autoridades guanabaras. O problema foi levado à Justiça.

"Fomos considerados material reversível, da mesma forma que os bondes, máquinas, trilhos e outros cacarecos que a Light entregou ao Estado. Para eles — Lacerda e americanos — não somos homens nem trabalhadores; somos material reversível" — afirmou um velho servidor da empresa, agora na imobilidade remunerada.

GOLPE DE SURPRESA

Quatro dias antes de expirar a concessão para a Light explorar aquele serviço de bondes, Lacerda foi ao Sindicato dos Carris Urbanos e pediu que os trabalhadores continuassem em atividade, para não provocar colapso nos transportes. Prometeu que os direitos de todos os empregados seriam respeitados.

Corria o dia 27 de dezembro de 1960. No dia seguinte, o "Diário Oficial" publicava decreto criando a Junta Administrativa Provisória, com o fim

de fazer o levantamento das obrigações da Light, quer quanto a material, quer em relação ao pessoal. Menos de uma semana depois, precisamente a 1.º de janeiro de 1961, o acervo da empresa passava ao controle do Estado, que o recebeu em pleno funcionamento, pois os trabalhadores atenderam ao apelo formulado.

Muitas coisas ocorreram a partir de então. Os entendimentos entre Carlos Lacerda e a Light vieram a lume no último dia 20 de maio, quando aquela parte da cidade amanheceu sem bondes. Os tripulantes díties, sem destino, sem saber a quem reclamar direitos certos.

MENTIRA E DESLEALDADE

O procedimento de Lacerda e seus sequazes reflete o caráter dos homens que dominam o governo da Guanabara. O problema deixou de ser uma disputa legal, em que as partes se empenham em fazer valer direitos. É chocante a deslealdade com que está agindo o governador Lacerda, o impudor com que recorre à mentira e à violência para prejudicar os trabalhadores.

Nenhum dos decretos ou leis relacionados com a questão foi respeitado pelo sr. Carlos Lacerda, representado pelo cel. Fontenele, o famoso "coronel da sacata". Os dois, recusam pagar aos condutores, motoristas e demais funcionários da Estrada de Ferro Jardim Botânico, o aumento salarial conquistado em janeiro último. Esse benefi-

ciado, extensivo a todos os trabalhadores do grupo Light, ficou decidido em não presidido pelo presidente da 6.ª Junta de Conciliação e Julgamento, e o acordo foi firmado pelos representantes dos empregados e empregadores, entre estes o procurador do Estado.

Esse é um dos compromissos a que está fugindo o sr. Carlos Lacerda. Não cumpre, também, a lei estadual 194, de 1961, cujo artigo 19 determina o aproveitamento obrigatório do pessoal da empresa extinta, na Companhia de Transportes Coletivos, pertencente ao Estado, e que explora o serviço de ônibus elétricos. O cinismo de Lacerda e seus apunhaçados desceu a requintes, conforme se verifica pela leitura de um seu decreto de 15 do corrente, no qual confirma o dever do Estado em assegurar aos trabalhadores seus direitos trabalhistas.

Na prática, porém, age de modo inteiramente inverso, pois sustenta a tese de que a Light pertence ao onus trabalhista.

NA JUSTIÇA

Esse jogo de empurra já durava algum tempo quando os trabalhadores decidiram recorrer à Justiça do Trabalho, pleiteando o cumprimento, por parte da empregadora, das suas obrigações trabalhistas. O advogado que representou a Light afirmou que cabia ao

CONTAS FICAM NA ITALIA

A conta não está boa na Itália para os defensores do sistema de "serviços" em substituição de "empresas" e que estão tentando a formação de um gabinete. Um relatório de sondagem com elementos do partido de Fanfani está sendo divulgado. Entre os mais sensacionais, figura a prisão de Franco Barilli Avveduti, diretor do departamento de controle das bananas, acusado de embolsar as liras provenientes da concessão de licenças. Uma lista de 103 suspeitos está sendo examinada, entre eles altos funcionários.

O PETRÓLEO É NOSSO

Vasta extensão do território colombiano está sob estado de alito: a zona petrolífera. Uma greve que paralisa municípios da região, em defesa de reivindicações salariais e pela nacionalização do petróleo, foi o pretexto para violentos ataques da polícia colombiana. Tem-se notícia da morte de um menino de 10 anos, havendo dezenas de feridos entre os manifestantes e os policiais. O comandante da V Brigada diz que a morte do menino resultou de uma ataque de "300 indivíduos, em sua maioria menores de idade". As autoridades, mesmo sem ouvir Lacerda, já classificaram o movimento de comunista. Petróleo é fogo...



de 10 anos, havendo dezenas de feridos entre os manifestantes e os policiais. O comandante da V Brigada diz que a morte do menino resultou de uma ataque de "300 indivíduos, em sua maioria menores de idade". As autoridades, mesmo sem ouvir Lacerda, já classificaram o movimento de comunista. Petróleo é fogo...

BONN NÃO QUER BRECHT

O Conselho Municipal de Augsburg (Alemanha ocidental) e onde nasceu Bertold Brecht, recusou por 22 votos contra 21 dar o nome do mais célebre dramaturgo alemão deste século a uma das ruas da cidade. A moção foi apresentada pelo Partido Social-Democrata, mas teve a oposição da União Social-cristã do Partido Liberal Alemão (FDP) e do Partido da Baviera. A razão, como é óbvio, foi a própria obra de Brecht, além do fato de se ter o grande teatrólogo colocado a serviço da República Democrática Alemã e do socialismo.

ELES SE DEVORAM

As inversões da indústria sueca serão, neste ano, inferiores em 8% em relação ao ano de 1961, isto é, uma redução de mais de 400 milhões de coroas. No ano passado, o aumento de produção foi de apenas 1%, em relação a 1961. Quixam-se as empresas de ferro e aço de forte concorrência da Alemanha ocidental, que exporta seus produtos para a Suécia por preços muito mais baixos que os do mercado interno.

QUINTAL IANQUE

Está levantando os mais enérgicos protestos em todo o mundo a utilização do território do Vietnã do sul pelos Estados Unidos, para campo de manobras e de experiências com novas armas. Conforme acentua a própria imprensa norte-americana, o Pentágono converteu aquela região em um polígono para as provas e utilização de novas táticas, empregando inclusive bombas de napalm e armas químicas tóxicas e venenosas.

VIDA DE MINEIROS

De um total de 228 mil mineiros, 41.627 estão inválidos em consequência de alito, 98.375 por acidentes no trabalho e 8 mil por outras causas. A média de vida dos trabalhadores em mineração é onze anos mais baixa que a das demais categorias. A mortalidade infantil nas regiões mineiras é também elevadíssima. Isto é, de 61 por 1.000. Isto tudo ocorre na França.

LÁ SOBE É O PREÇO

Os preços continuam a subir na Alemanha ocidental. Os gastos com alimentação já eram em fevereiro deste ano superiores em mais de 9% aos do ano de 1962. Em consequência, a metade dos 22 milhões de operários e empregados da Alemanha ocidental está atualmente empenhada em lutas por aumento de salários. Enquanto isto, os patrões acumulam riquezas em níveis sem precedentes na história germânica.

CARDEAIS MUDOS

A polícia portuguesa encarcerou novamente o padre Pinto de Andrade, responsável pelo bispado de Luanda (Angola). O sacerdote está gravemente enfermo e sua liberdade está sendo reclamada por inúmeras personalidades, entre as quais Jean Paul Sartre e Louis Aragon. A polícia salazarista já permitiu o padre Pinto de Andrade há vários anos, pela sua posição em defesa da independência de Angola. Até agora, não foi divulgado nenhum protesto do Cardeal Cerejeira, nem de D. Jaime de Barros Câmara, o que é esperado a qualquer momento.



DEFESA DA FAMILIA

Imitando os Estados Unidos, nova onda de reclamo invade a África do sul. Foi enviado ao Parlamento um projeto que ordena a separação das famílias africanas residentes nas grandes cidades. Segundo o decreto, todo cidadão que não for branco terá que abandonar os centros urbanos, se seu trabalho não é absolutamente indispensável. O resultado prático dessa medida será a separação de milhares de famílias africanas de seus chefes, os quais serão os únicos que poderão permanecer nas cidades, no caso de empregados em trabalhos considerados fundamentais.

Violências de Ademar Não Impediram Vitória Dos Trabalhadores na Construção Civil: Aumento de 65%

SAO PAULO (Da sucursal) — Na tarde do último dia 22, tudo estava em calma na rua Conde Sarzedas, na capital paulista. Notava-se, apenas, uma maior movimentação na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, que havia entrando em greve na manhã daquele dia, reivindicando reajustamento salarial.

As 14 horas, aproximadamente, aquela calma foi rompida, de forma brusca. Entrou em cena a polícia do sr. Ademar de Barros, apresentando mais um daqueles depredamentos espetáculos que o paulista tem sido forçado a assistir, constantemente, nos últimos meses. A sede sindical foi cercada por grande número de policiais, transportados por 9 carros da Rádio Patrulha, um ônibus da tropa de choque e viaturas do DOPS. Bares e outros estabelecimentos comerciais das redondezas, sentindo-se sem garantias, fecharam as suas portas.

Empunhando cassetetes e exibindo suas armas, dezenas de bealeguas ocuparam o pátio do sindicato. Os primeiros "inimigos" a serem enfrentados nessa arriscada operação bélica foram os garotos que frequentam o curso primário, instalado em sala cedida pela entidade sindical. Proferindo as maiores ameaças, os tiras obrigaram as professoras a suspender as aulas, dispensando os alunos. Vencida a primeira batalha, invadiram a secretaria, forçando os funcionários a abandonarem os serviços que realizavam.

Tentaram, então, ocupar o salão onde se efetuam as assembleias. Essa tarefa, porém, não conseguiram levar a cabo. Naquele recinto encontravam-se dezenas de grevistas e alguns diretores do sindicato que opuseram a maior resistência àquelas arbitrariedades inomináveis. As portas foram cerradas rapidamente; cadeiras e mesas foram utilizadas para erguer uma barreira. Os gritos histéricos dos agentes do DOPS de que atirariam, de que lançariam mões das bombas de gás lacrimogênio, não abalaram o ânimo dos operários. Estes repetiam: "aquí não entraram!" E não entraram mesmo. Com a chegada de fotógrafos e repórteres da imprensa local, tendo que ficarem bem documentadas as violências que cometiam, os policiais abandonaram o prédio. Levaram consigo, presos, 9 trabalhadores que haviam sido espancados selvagemmente.

Para justificar o desencadeamento da repressão aos movimentos grevistas, Ademar sempre procura algum pretexto. Geralmente, o surdídissimo "é ilegal". No caso da construção civil, porém, nada pode alegar, pois que até o famigerado decreto-lei 90/0 foi rescindido. Ademar apareceu como é: reacionário e inimigo das reivindicações operárias.

FÁBRICAS VISITADAS

O parlamentar visitou em companhia do operário José Leilis de Costa, secretário-geral do metalúrgico, a Fábrica Remington. Foram ouvidos por 400 operários que iam entrar para as oficinas e que permaneceram até depois da sirene quando Massena concluiu sua palestra.

No dia seguinte, novamente às seis horas da manhã era realizada outra palestra para os operários da Standard Elétrica.

DEPUTADO MASSENA VAI ÀS FÁBRICAS PELAS REFORMAS

No sábado, Massena esteve presente a um ato público na Vila da Penha, seguindo de lá para o comício que foi realizado em Paradas de Lucas, onde compareceram cerca de 500 pessoas.

to patronal, dr. Oscar Costa. Cerca de 300 integrantes dos piquetes foram presos pela polícia ademarista, o que não impediu o êxito das paralisações.

GANHAM NO TRIBUNAL

A tarde do mesmo dia, com o movimento grevista em pleno auge, reuniu-se o Tribunal Regional do Trabalho para julgar o dissídio coletivo respectivo. Por 4 votos a 3, o Tribunal decidiu conceder 65% de aumento. É interessante destacar que os 3 juizes que ficaram em minoria, não o fizeram por achar exagerada a porcentagem estabelecida. Pelo contrário: os seus pronunciamentos foram por 100%. Foram excluídas as cláusulas dos chamados "1/12 avos", que esta-

DEPUTADO MASSENA VAI ÀS FÁBRICAS PELAS REFORMAS

Concluído o julgamento, cerca de 5.000 trabalhadores que se concentravam nas proximidades do Tribunal, decidiram sair em passeata até a sua sede sindical. O delegado do DOPS proibiu a manifestação operária, postando inúmeras viaturas ao longo do trajeto a ser percorrido. Ao ver aquela imensa multidão a desfilar, comemorando ruidosamente a sua vitória, preferiu se fazer de cego... e passou a fingir o fim, sem nenhum incidente.

A passeata atingiu o fim, reunida para debater o assunto, acitou o "veredicto" da Justiça, decidindo suspender a greve por 48 horas, aguardando a libertação dos grevistas presos. Se isso não fosse feito, recluiriam à greve. Apesar da resolução, os trabalhadores de mais de 20 obras decidiram prosseguir em sua paralisação, no dia seguinte, o que fizeram. Sendo soltos os presos às 10 horas do dia 23, o movimento foi definitivamente encerrado.

O prestígio do sindicato aumentou, observando-se grande incremento na sindicalização. Os trabalhadores de São Paulo registram uma vitória em suas lutas e o sr. Ademar de Barros amarga mais uma derrota da sua "bossa velha" policialista...

NOVOS RUMOS

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor Orlando Bomfim Júnior
Diretor Executivo Fragonon Carlos Borges
Redator Chefe Luis Gamao
Gerente Gutemberg Cavalcanti

Redação: Av. Rio Branco, 287, 17.º andar, sala 1713 — Telefons 43-7344 —
Garcia: Av. Rio Branco, 287, 9.º andar, sala 905 — Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS

Redação e Administração: Rua dos Cariós 121, 7.º andar, 5/204 Tel. 4-8886 — Belo Horizonte

Sucursal de São Paulo
Rua 15 de Novembro, 226, 3.º andar, sala 327 — Telefons 26-0428

Sucursal do Paraná
Rua José Loureiro, 123 — 3.º andar, sala 311 — Curitiba

Assinaturas
Anual Cr\$ 1.000,00
Semestral » 500,00
Trimestral » 200,00

Assinatura Ades
Anual Cr\$ 2.000,00
Semestral » 1.000,00
Trimestral » 600,00
Número avulso » 30,00
Número atrasado » 30,00

Contra a negociata

Em edição anterior (n.º 110, correspondente à semana de 22 a 28 de fevereiro), NOVOS RUMOS demonstrou, com dados e argumentos, o caráter nocivo da compra das ações da Bond and Share pelo governo brasileiro.

Mostramos que, em primeiro lugar, trata-se de empresas concessionárias de serviços públicos, que devem ser encampadas e não compradas. A encampação pode ser feita legalmente, como ocorreu no Rio Grande do Sul, devendo realizar-se o tombamento físico e contábil dos bens das empresas, desmontando-se, do montante da indenização, as parcelas referentes à depreciação dos bens, aos lucros remetidos ilegalmente, etc. Tudo isso cumprindo-se rigorosamente as leis brasileiras, mesmo no caso de empresas cujos contratos continuam em vigor, sabendo-se que várias das subsidiárias da Bond and Share estão com seus contratos caducos ou prestes a caducar.

Mas, a verdade é que o governo brasileiro está procurando atender (em outros termos, pôr em prática no Brasil) dispositivos de uma lei do Congresso dos Estados Unidos, a chamada Lei de Ajuda ao Exterior (Foreign Aid Act). Segundo o artigo 5 dessa lei, o governo norte-americano deverá suspender a assistência que estiver sendo prestada a qualquer país, quando nesse país for realizada a nacionalização de alguma empresa norte-americana. Assim, compra ao invés de encampação.

O negócio foi entabulado, como amplamente se divulgou, durante a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos. Fêz parte das exigências de Kennedy a que nosso Governo impatrioticamente se submeteu. E tinha também em vista, conforme oficialmente se proclamou, retirar investimentos lanques do setor dos serviços públicos, onde são considerados «impopulares» e estão sujeitos a encampação, e transferir para outros setores, como a indústria manufatureira, onde se sentem mais seguros. Trata-se, assim, de um ato de submissão às imposições do imperialismo e de fortalecimento de suas posições e de sua

ação espoliadora em nosso País.

Não é só isso, porém. Mais do que um negócio favorável aos interesses dos monopólios lanques e prejudicial aos interesses nacionais, a transação assume o aspecto de escandalosa negociata. Milhões de dólares seriam dados à Bond and Share em troca da sucata que ela possui e de bens que já deveriam ter sido transferidos para as mãos do Governo. Uma vergonha, como se vê.

As empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos estão, com seus equipamentos, em geral, profundamente desgastados e não querem realizar novos investimentos no setor de energia elétrica e serviços urbanos. Com o desenvolvimento do País, cresce a exigência de ampliação e melhoria de tais serviços. Esses fatores pressionam no sentido de que sejam nacionalizados, através da encampação, os serviços concedidos a empresas estrangeiras. E têm determinando, em diversos Estados, vigorosas lutas populares por esse objetivo. Prefere o Governo, porém, submeter-se às imposições de Mr. Kennedy para impedir que as lutas patrióticas de nosso povo se tornem vitoriosas.

Mas, a última palavra deve caber ao povo. Sabe-se que, dentro do próprio Governo, elementos nacionalistas se opõem à negociata, não estando dispostos a compactuar com esse crime de lesa-pátria. Por outro lado, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista elevam com mais vigor sua voz, a exemplo do que fez esta semana pelo rádio e televisão o sr. Leonel Brizola, condenando o escândalo. O Comando Geral dos Trabalhadores decidiu, em sua última reunião, organizar a ida a Brasília, no próximo dia 5, de uma caravana de representantes dos comandos estaduais a fim de apresentar ao Governo a posição dos trabalhadores diante das reformas de base e seu repúdio à compra da Bond and Share. Esses esforços devem ser redobrados e ampliados. Que os patriotas e democratas se mobilizem e se manifestem, em todas as partes do território nacional, para impedir que a suja negociata seja ultimada.

Dia 8, concentração de trabalhadores em Brasília

Autorizado o CGT a Deflagrar a Greve Geral Pelas Reformas

Depois de uma reunião que se estendeu pelos dias 27 e 28 de maio, desenas de dirigentes sindicais de todos os Estados decidiram delegar plenos poderes ao Secretariado do Comando Geral dos Trabalhadores para deflagrar a greve geral pelo tempo e no momento em que for conveniente. Essa decisão, que recebeu aprovação unânime refletiu, exatamente o pensamento de centenas de milhares de trabalhadores do Brasil inteiro, cujos sindicatos foram consultados sobre a posição que adotariam face ao movimento.

A greve geral, de âmbito nacional, será deflagrada como uma forma de pressão necessária sobre o Governo e o Congresso, tendo em vista a conquista dos seguintes objetivos:

- 1 - reforma agrária com alteração constitucional;
2 - salário-família para todos os trabalhadores;
3 - auxílio-enfermidade e aposentadoria não inferior ao salário-mínimo regional;
4 - execução da lei de remessa de lucros para o exterior;
5 - aumento de 70% para os servidores federais.

greve geral contará com o apoio das grandes massas camponesas, dos estudantes, das massas populares, de todos os homens e mulheres progressistas.

Daí estarem participando ativamente de sua preparação entidades camponesas, estudantis, femininas e populares, além da Frente Parlamentar Nacionalista.

A NOTA DO CGT

O documento oficial do Comando Geral dos Trabalhadores, distribuído após a reunião, afirma que uma caravana de dirigentes sindicais seguirá para Brasília no próximo dia 5 de junho. Vão reafirmar ao presidente da República o apoio daquela entidade à luta pela reforma do parágrafo 16, do artigo 141 da Constituição, e "fazer sentir aos presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos partidos políticos, o nosso desejo de aprovação imediata da alteração do mencionado texto constitucional".

Acrescenta que oportunamente será dado a público um documento sobre o momento político nacional e anuncia a realização em outubro, no Recife, do Quarto Congresso Nacional dos Trabalhadores, para cujo sucesso recomenda que os Comandos Estaduais realizem congressos e conven-

ções locais, de caráter preparatório.

Em expresso ato de repulsa ao sr. Gilberto Crockatt de Sá, a nota afirma que "o CGT só manterá contatos com o presidente da República e demais órgãos do Governo, diretamente ou através do Ministério do Trabalho", atitude que, recomenda, deve ser adotada por todas as entidades filiadas.

Finalmente, o CGT determina "aos comandos estaduais, municipais e às entidades filiadas que mantenham o atual estado de mobilização dos trabalhadores, para a atendimento imediato da palavra de ordem do Secretariado".

ARRAES E ALMINO COM CGT

Especialmente convidados pelos trabalhadores, estiveram na sede da CNTI, onde se realizava a reunião nacional do CGT, o governador de Pernambuco, sr. Miguel Arraes, e o ministro do Trabalho, deputado Almino Afonso.

Na ocasião, o governador de Pernambuco pronunciou uma palestra sobre as reformas de base, para uma assistência composta de centenas de dirigentes e líderes sindicais de todos os Estados da Federação, que lhe proporcionaram calorosa acolhida.

Importante estímulo ao comércio com o Leste

Verdade é que, em muitos casos, a efetivação de trocas comerciais entre o Brasil e os países socialistas deve, antes, vencer, a resistência de interesses contrariados.

Haja vista a anunciada compra de helicópteros à Polónia, negócio, ao que parece, "congelado" depois da visita do sr. Robert Kennedy, muito embora as diversas manifestações favoráveis à sua concretização, entre elas a do próprio Ministério da Aeronáutica. Entretanto, seria errôneo supor que este é o único tipo de dificuldades que se antepõe a uma grande ampliação do intercâmbio com os países socialistas. Ainda é fraca a tradição, entre nós, dos produtos de lá provenientes, pequeno é também o conhecimento recíproco. A diversidade de estruturas econômicas e o fato de que as negociações em moeda-convenio deixam de oferecer certas vantagens sobretudo aos exportadores são outras tantas razões. Por isso, o caminho da expansão comercial com aquela área passa por determinadas medidas concretas destinadas a criar facilidades no terreno especificamente econômico.

No ano passado, verificou-se uma diminuição de 153,9 milhões de dólares, em 1961, para 152,9 no intercâmbio global com o mundo socialista. Se deixarmos de computar a URSS, único país em todo o mundo com o qual expandimos consideravelmente nossas relações comerciais, em 1962, verificaremos que a queda foi bem maior. Até o café, que se perde aqui nos estoques, sofreu uma redução de 115 mil sacas, ou quase 15%, em comparação com o ano anterior. E é de todos, sabi-

do que os países socialistas nos querem comprar mais café e, quando não lhes vendemos, vão às suprir-se em outras fontes.

Tem, precisamente, o mérito de remover uma série de obstáculos ao intercâmbio com os países socialistas o projeto de lei apresentado à Câmara pelo deputado Marco Antônio Coelho. De acordo com a proposição, será criado na CACEX um Fundo de Financiamento de Importações oriundas dos países de moeda-convenio, constituído por até 80 por cento do valor em cruzeiros de despesas para cada um desses países. Tais exportações, estabelecidas ainda o projeto, serão feitas com o produto retirado dos estoques do IBC, adquiridos, como se sabe, com recursos públicos.

Ora, uma das maiores dificuldades para a expansão do nosso comércio com o Leste decorre precisamente da formação de seios favoráveis ao Brasil naqueles países, resultantes, por sua vez, de um volume de vendas brasileiras superior ao volume das compras que lá realizamos. Ao instituir um fundo para financiar as importações brasileiras nos países socialistas — que são, hoje, a área de maior importância em moeda-convenio — o projeto abre amplas perspectivas para o incremento das compras brasileiras e, portanto, cria um instrumento adequado ao restabelecimento do equilíbrio nas transações. Pela própria dinâmica do comércio em termos bilaterais, os países socialistas procurarão fazer novas compras ao Brasil e assim sucessivamente.

Com o projeto, três objetivos importantes são atingidos: estimula-se o escoamento dos estoques do IBC, diminuindo os prejuízos do País; aumenta-se a participação do Governo nas exportações de café; incrementa-se o comércio do Brasil com uma área onde não temos problemas de divisas, o que, em última análise, resulta em fortalecimento da soberania nacional.

O Desemprego em São Paulo

J. Cascahe

O Grupo de Trabalho para estudo da questão do desemprego encorreu a primeira fase de suas atividades, destinadas a estudar a situação real existente na indústria automobilística. Embora as conclusões não tenham sido ainda comunicadas oficialmente, foram divulgadas algumas informações que podem ser resumidas da seguinte maneira:

O número de desempregados na indústria automobilística, que emprega 43.000 operários, atingiu mais de 7.000 (17% do total). As empresas que mais despediram (tomando como base o mês de janeiro) foram a Willis, a General Motors, a Ford e a Mercedes Benz. Na indústria de autopeças, que emprega aproximadamente 130.000 operários, há uma estimativa de 38.000 desempregados (dado fornecido pelo representante do sindicato patronal), isto é, cinco vezes mais do que na indústria automobilística propriamente dita.

Não foi ainda dada a situação da indústria têxtil, muito embora seja sabido que também aí existe um desemprego bastante grande. AUMENTO DE PREÇOS — Explicando a causa do aumento dos preços dos automóveis e caminhões nacionais, anunciado oficialmente para 1.º de junho, o presidente do sindicato patronal dessa indústria afirmou: "Trata-se de uma decorrência da elevação do custo unitário dos veículos, determinada pela diminuição da produção".

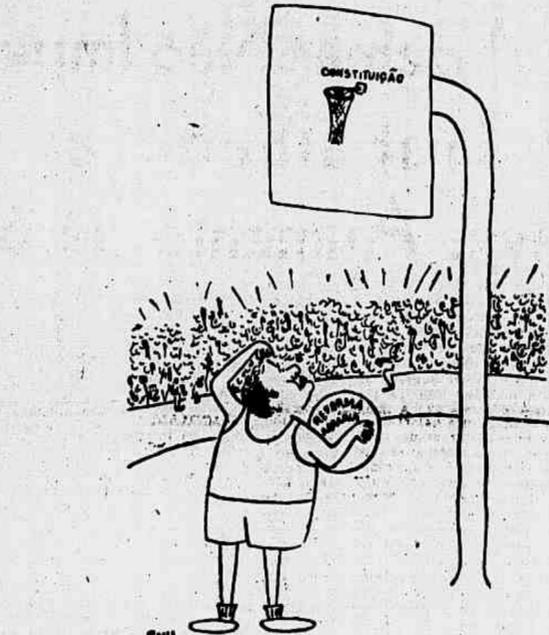
Além disso, os fatores de agravamento da situação continuam a fazer sentir queda do ritmo das vendas — diminuição da produção — au-

mento do custo unitário. E daí novas dificuldades para vendas.

É evidente que esta é uma das mais graves decorrências da política econômica e financeira do governo federal.

Muito embora o Plano Trienal anunciado pelo Governo tivesse como um dos seus objetivos declarados a manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico, está agora claro que a razão estava com os comunistas quando denunciaram que, atendendo, mesmo parcialmente, à pressão do FMI, entraríamos num período de dificuldades crescentes que determinaria a queda do ritmo de produção e o desemprego.

O movimento sindical, começa a debater o assunto e vai exigir do Governo medidas concretas em defesa dos trabalhadores vítimas do desemprego, ao mesmo tempo que denuncia cada vez mais fortemente a política econômica e financeira que vem sendo realizada pelo Governo e exige as reformas de base.



Brizola: Negociata da Bond and Share é Crime de Lesa-Pátria

"É um verdadeiro crime de lesa-pátria, uma operação imoral, um escárnio à carta de Vargas" — declarou, falando na noite de terça-feira, numa rede de emissoras de televisão e rádio, o deputado Leonel Brizola, referindo-se às negociações para a compra, pelo governo brasileiro, do acervo da Bond and Share.

O ex-governador gaúcho fez toda o histórico dessa vergonhosa negociata, mostrando que se trata de uma traição aos interesses nacionais. Mencionou o trabalho realizado por uma comissão de técnicos, contra o qual se insurgiram mister Sargent e demais diretores do "holding". Em seguida, o assunto passou para a alçada de uma Comissão Interministerial (ministérios da Guerra, Fazenda, Indústria e Comércio e Viação), que decidiu concordar com todas as exigências do trustee norte-americano. Exibiu então o deputado Leonel Brizola uma cópia da ata da reunião em que se adotou a decisão, adiantando que lhe fora fornecida "por um oficial patriota do Serviço Secreto de Exército, cujo nome entretanto ninguém me arrancará". E chamou a atenção para o fato de que tendo sido a reunião realizada num sábado à noite, já na segunda-feira seguinte o embaixador Roberto Campos, nos EUA, assinava um compromisso em nome do Brasil e na terça-

feira a Bond and Share distribuiu um comunicado à imprensa norte-americana.

O representante caríca verberou, particularmente a conduta dos ministros Amauri Kruei e San Tiago Dantas. "O ministro da Guerra — disse — é um general do Exército e, no meu entender, se encontra numa situação muito difícil para se justificar. Além dos aspectos leivos à economia popular e aos interesses nacionais, há também o aspecto moral. A operação não está revestida de um mínimo de requisitos a esse respeito".

188 MILHÕES

"O total da operação é de 188 milhões de dólares, ou sejam, 118 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. E isso, para comprar alguns ferros velhos que, em sua maioria, já nos pertencem", disse, Brizola, que apontou uma série de irregularidades insanáveis na operação, tais como:

- a compra será feita sem que se tivesse procedido o indispensável levantamento físico-contábil das empresas;
- mesmo baseando-se na escrita das empresas, a CONESP havia chegado à conclusão de que para pagar a compra o Governo brasileiro teria de desembolsar 57,3 milhões de dólares — menos de um terço do que agora se pretende pagar;
- a operação não está sendo conduzida segundo as leis brasileiras, mas de acordo com a legislação norte-americana;
- entre as empresas a serem compradas, figuram algumas que, como as do Rio Grande e de Pernam-

buco, já foram encampadas segundo processos normais e judiciais em curso;

- as empresas da Bond and Share são, em geral, devedoras no Brasil, como se comprovou no caso do Rio Grande do Sul;
- a negociata vai determinar uma elevação de tarifas de pelo menos 60%, de que vai beneficiar-se também a Light, cujo aumento anual de receita será nessa base, de 13 bilhões de cruzeiros, o que tornaria ainda mais onerosa sua futura encampação;
- não se justifica que da Comissão Interministerial não participem os ministros da Justiça e das Relações Exteriores, enquanto participa o ministro da Guerra.

APELO A JANGO

Depois de denunciar os diferentes aspectos antipolíticos e antinacionais da tremenda negociata, o deputado Leonel Brizola dirigiu um dramático apelo ao presidente João Goulart, "em nome dos compromissos que temos com o povo, dos ideais nacionalistas, da carta de Vargas, avilada com o próprio sangue do grande brasileiro". Advertiu, entretanto, depois de lembrar as promessas que lhe havia feito anteriormente o presidente da República, que se "o governo federal efetuar esse negócio com a Bond and Share se criará para mim uma situação de discordância insanável. Alega-se que o presidente Kennedy se sanaria. Que vão para as favas quantos presidentes Kennedy existirem no mundo. Nosso dever é defender o Brasil, é defender os interesses de nosso povo e de nossa terra".

No Centro Acadêmico Cândido de Oliveira o sr. Miguel Arraes afirmou que a greve política é um dos grandes fatos novos da realidade brasileira. Acrescentou que esse tipo de greve constitui o mais alto grau de intervenção popular no processo pacífico da revolução brasileira. A greve é um modo agressivo de pedir aquilo que certos grupos insistem em adiar. Ela poderá — disse ainda o governador pernambucano — vir a responder a uma outra greve que os reacionários estão fazendo há mais de quinze anos no Congresso, contra as reformas de base e principalmente contra a reforma agrária.

Alguns animais da fauna reacionária murcharão as orelhas e outros darão coices na espora, em sinal de indignação, por causa dessas palavras do sr. Miguel Arraes. Não viram o Lacerda? Mandou o coronel Borges pedir armamento ao antigo corregedor Kruei (lembrava do Memorial dos Coronéis) para reprimir a greve na Guanabara à maneira de Hitler ou Salazar.

A afirmação do sr. Miguel Arraes sobre a legitimidade da greve política, sem dúvida, corresponde a uma realidade. Por sinal toda greve, econômica ou política, passa a ser legítima e mais legal que um acórdão do Supremo quando é bem organizada, quando tem boa direção, quando as massas se mostram dispostas a faz-la. Por isso a greve política é hoje reconhecida em quase todo o mundo capitalista, podendo ser vitoriosa em países fascistas, como a Espanha de Franco. O que não impede que

os gorilas levem a mão ao cabo da pistola só de ouvirem a palavra "greve". É que eles são pagos para isso. Se não me enganar era Goering que dizia: "Quando ouço falar em liberdade ponho a mão no cabo do revólver". Entretanto Goering e os operários de uma parte da Alemanha, enquanto os da Alemanha de Adenauer lutam pela conquista plena de prerrogativas que perderam com o nazismo e que sob a "democracia ocidental" ainda não recuperaram de todo.

A greve política é uma afirmação de vigor. Greve política significa participação da classe operária no processo democrático. Tem ela a virtude de modificar correlações de forças e de subverter posições individuais ou resistências de setores interiores. A participação da classe operária na vida política, através de um instrumento de importância da greve, conduz inclusive à mudança de conceitos sobre figuras humanas que no torvelinho dos acontecimentos vêm desvalorizar-se a sua própria eficiência de marionetes.

Em 1961, quando o sr. João Goulart, através de telefonemas, passava e media, num hotel de Paris, as consequências de seu regresso ao Brasil para exercer um mandato que o povo lhe conferira e cujo exercício se dispunha a garantir, a greve política dos trabalhadores reforçou a posição do III Exército. A greve e o III Exército levaram Hamlet a decidir-se, quando tudo parecia podre no Reino da Dinamarca.

Duas posições

Mais uma vez a União Soviética toma a defesa da humanidade, procurando reatringir o terror decorrente das ameaças de uma guerra atômica.

As vésperas da reunião em Otava de uma conferência ministerial da OTAN, encerrada semana passada, a URSS enviou a proposta, em notas entregues aos Estados Unidos, Grã-Bretanha e países mediterrâneos, de desnuclearização da zona do Mediterrâneo, visando não só diminuir o perigo de uma guerra atômica, como dar maiores possibilidades de desenvolvimento nos países da região, sobressaltados com a ameaça decorrente da presença de forças nucleares em suas vizinhanças.

Este grave perigo que cerca os países mediterrâneos se consubstancia na existência na região de numerosíssimo contingente de foguetes montados pelos circuitos belicistas e apontados diretamente contra os países socialistas.

Com a irresponsabilidade criminosa que lhe é peculiar, os imperialistas lanques — contando com o apoio britânico — recusaram-se, pura e simplesmente a levar em

conta as ponderações soviéticas, respondendo que a proposta se tratava apenas de um golpe para afastar do Mediterrâneo os submarinos Polaris que ali têm estacionados.

A resposta norte-americana nada mais é que a confirmação de seus propósitos agressivos que fazem os submarinos atômicos no Mediterrâneo? Sua missão acaso é de defesa do território estadunidense ameaçado de invasão?

Não ficou nisso a posição adotada pelos circuitos belicistas quanto ao principal problema que hoje se coloca diante da humanidade: paz ou extermínio atômico. Não somente recusaram mais essa proposta, como aprovaram, na reunião de Otava, a decisão criminosa de dotar as forças da OTAN de armas nucleares.

O que significa entregar aos generais nazistas, que permanecem à frente do rearmamento alemão, foguetes para a Bundeswehr, depois navios e submarinos atômicos, ampliando perigosamente o poderio agressivo desses inimigos da humanidade, e consequentemente aumentando os meios e o perigo de desencadeamento de uma catástrofe nuclear.

São duas posições, diametralmente opostas, que bem caracterizam seus propagandores.

Discriminação representativa

A representatividade da democracia argentina é realmente um modelo dos ideais "ocidentais".

Em poucos dias tivemos a notícia do decreto baixado por José María Guido, que ocupa o lugar deixado vago com a prisão do presidente Arturo Frondizi, proibindo os peronistas de apresentarem candidato para as próximas eleições de 7 de julho. E não ficou nisso. Apenas como um exemplo das imediatas consequências do fato, lembramos a prisão do dr. Enrique D. Vedia, secretário-geral do Partido Democrata Cristiano, pelo crime de discordar da discriminação contra aquela poderosa corrente política.

Mas não bastaria essa discriminação contra os peronistas. Tornava-se ainda necessário eliminar outra importante facção capaz de atrapalhar os desígnios "gorilas" — os comunistas.

Novo decreto, desta vez cassando os direitos políticos dos comunistas, que agora, entre outras restrições, não podem desen-

penhar funções públicas, não podem exercer o magistério, não podem ser votados e nem ao menos votar. E mais. Uma pessoa naturalizada argentina suspeita de comunista perderá a nacionalidade, sendo expulso do país o estrangeiro não naturalizado.

Não é difícil perceber o alcance da medida. O Partido Comunista Argentino vive na clandestinidade, sendo, portanto, praticamente impossível comprovar a filiação de qualquer pessoa à agremiação. Logo, quais os verdadeiros objetivos? Todo indivíduo que se oponha aos ditames governamentais será considerado comunista e terá seus direitos políticos cassados. Isto é, só vota quem votar na manutenção do "status".

Ninguém desconhece a fonte de inspiração de tais medidas. Acontece, porém, que os círculos governantes argentinos se mostram mais realistas que o rei. Porque nos Estados Unidos, apesar de todas as monstruosas discriminações, os comunistas ainda têm o direito de votar nos candidatos que não escolhem...

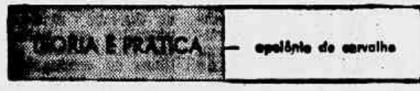
Unidade africana

Inspirados por uma determinação comum de fomentar o entendimento e a colaboração entre nossos Estados, em resposta às aspirações de nossos povos à favor da fraternidade e da solidariedade, em uma unidade maior que transcenda as diferenças étnicas e nacionais", os chefes de trinta Estados africanos firmaram em Adis-Abeba a Carta de Unidade Africana, em substituição aos blocos em que se dividia o continente.

É um passo importante das nações africanas recém-libertas do jugo colonial e das que ainda lutam por sua independência, de vez que o cumprimento das decisões da Carta em muito contribuirá para a consoli-

ção da soberania dos países do continente. São dois os aspectos mais importantes do documento — a busca da paz e do entendimento, e a liquidação do colonialismo.

Do mesmo tempo em que se comprometem a enviar tropas às forças para solucionar em mesas de debate e não em campos de batalha quaisquer divergências, e dentro dessa unidade partir para a discussão em pé de igualdade com as potências de outras partes do globo, os chefes de Estado signatários do histórico documento puseram-se de acordo em procurar o fortalecimento da unidade, elevar o nível de vida, eliminar os remanescentes do colonialismo e fomentar a cooperação internacional dentro das Nações Unidas.



O projeto de conciliação

A conciliação tem, assim, um prego alto: mais privilégios para as classes e grupos privilegiados e mais sofrimentos para o povo; maior dependência aos monopólios internacionais e, consequentemente, maior instabilidade econômica e política; novas restrições ao nível de vida e de cultura da população trabalhadora e ameaça permanente às liberdades democráticas; agravamento de todas as contradições e de todos os contrastes sociais. Sua continuidade constitui, assim, um crime contra a Pátria e contra o povo.

É, portanto, uma política sem futuro. Mas não se mantém por acaso nem deixará a cena espontaneamente. A burguesia ligada aos interesses nacionais é levada, por seus próprios interesses, a ebochar-se com o imperialismo e as forças reacionárias: mas é incapaz de romper com o sistema imperialista, a que se vincula por seus interesses fundamentais de classe exploradora. Externamente, teme o avanço do socialismo. Internamente, teme o ascenso do movimento de massas, cujo desenvolvimento independentemente poderia pôr em perigo seus privilégios. Assim, conciliação com as forças de reação e de atraso; procura dividir as massas trabalhadoras e frear o movimento de massas pelas reformas de estrutura inadiáveis; pôr seus interesses de classe acima do interesse popular e nacional.

São as próprias organizações patronais que o mostram, abertamente. Al estão os banqueiros e industriais paulistas em oposição à moratória de nossa dívida externa; as Associações Comerciais Irmãs nas grandes latifundiárias na resistência à lei e às conquistas dos homens de campo, nas tramas terroristas contra as garantias democráticas, nas manobras antipopulares de sonegação e alta de preços. Al está o veto raioso da Federação das Indústrias à reforma constitucional — e, com ela, a reforma agrária. Al está o programa de governo do sr. Goulart — guardando, em sua base e em sua essência, o Plano Trienal e as imposições do F.M.I. Al está a trama dos "negócios agrários", no Congresso Nacional.

Há, sem dúvida, o outro lado da moeda. Há as massas trabalhadoras começando a compreender, por sua própria experiência, que a burguesia ligada aos interesses nacionais é, por si mesma, incapaz de atacar as causas fundamentais de atraso e

dependência do País. Elas são chamadas, assim, a deduzir o alto preço que teriamos que pagar por um desenvolvimento capitalista franco e livre, no processo da revolução em nosso País.

Acima de tudo, porém, a política de conciliação chama a compreender a necessidade e a importância decisiva da organização e do fortalecimento da frente única nacionalista e democrática. Só ela pode, através da mobilização das massas populares e de sua pressão organizada, forçar o Governo a recuar de sua política de compromissos com os inimigos do povo e assegurar a nova correlação de forças indispensáveis à aplicação de uma política nova, efetivamente democrática e nacional.

A derrota da política de conciliação e o desenvolvimento do movimento nacionalista e democrático dependem, assim, antes de tudo, da organização e da unidade das grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo — o proletariado, as massas camponesas, a intelectualidade, as classes e camadas médias urbanas e de sua ação coordenada, sob bandeiras próprias, por medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação interna.

Dal a necessidade, em nosso estágio permanente pela unificação de todas as forças nacionalistas e democráticas, de voltar-se não apenas para as atividades de cúpula — mas, fundamentalmente, para o trabalho junto às massas; de ganhá-las para as soluções justas e efetivas que os comunistas apresentam; e de saber-mos combinar nosso papel unificador à crítica, à denúncia e ao combate implacável aos compromissos com as forças do latifúndio e do imperialismo, realizados pelos setores vacilantes da frente única.

Dal a necessidade de compreender a frente única em suas características essenciais: em sua heterogeneidade; em sua amplitude; e, fundamentalmente, em seu conteúdo de massas e em seu caráter de força social revolucionária — cujo desenvolvimento e cuja ação renovadora se impõem à medida que as forças populares se organizam, se incorporam em bandeiras próprias à sua composição e às suas lutas — e transmitem assim, com uma ampla base de massas que ainda lhe falta, uma consequência nova em suas lutas e objetivos e um novo conteúdo social,

Afinal, que sentido e que resultados podem ter "maquiavelismos" tão simplórios, quando o que se deve prever é o real confronto de ideias e, sobre esse terreno, a redução incessante dos equívocos e das incertezas?

ALMIR MATOS

Tomo como tema este trecho do artigo de Almir Matos, que trouxe para as páginas de NOVOS RUMOS uma polémica iniciada em Estudos Sociais. Não se reflete o conteúdo essencial do debate, pois só empiricamente versa a presente discussão, agora, sobre problemas do golpe. O tema de debate, com efeito, nem é exclusivamente o do golpe, nem tão pouco se esgota nas teses expostas em "Quem dará o golpe no Brasil?" Estas já não constituem senão a matéria em cuja crítica veio a se revelar um método degradado de exercê-la, e que se reduziu quase que a mera arte de colar estranhas e rotundas críticas degradadas, produzindo antes a estultificação do pensamento do que o seu avanço, valendo-se da adulteração desse mesmo pensamento, eis o que foi defendido no artigo, publicado por Almir Matos, em Estudos Sociais, que deu início à discussão. E o recente, "Sobre o Golpe no Brasil", editado em NOVOS RUMOS, visa a contrariar aquela revelação, isto é, visa a demonstrar que no primeiro artigo não houve adulteração de pensamento crítico.

Entretanto, é de justiça assinalar que tal método de crítica não foi inaugurado por Almir Matos; ao contrário, caracterizou toda uma fase da evolução das forças progressistas brasileiras, na qual os estudos eram feitos com o objetivo exclusivo de comprovar o que já se havia previamente fixado, até com as mesmas palavras, e de preferência. Quando tal não ocorria, ou assim se imaginava, a conclusão era inevitavelmente a mesma: bastava rotular a obra ou o autor, quando não os dois, e dava-se por resolvido o problema real, objetivo, de que se cogitava. Assim, foram praticamente distribuídas as etiquetas de "revisionismo", "lucral da burguesia" etc. Verdade é que mudaram os rótulos e estão agora na moda os de "sectário de esquerda", "dogmático", "doutinarianismo de esquerda" etc. Mudaram os rótulos, é certo, mas permaneceram os métodos, como herança de uma etapa de lenta e difícil superação. E muito mais importante que quaisquer outras coisas é o fato de que, com tal método, nem se discute com objetividade os problemas reais, nem se distingue, diante de cada caso específico, o que constitui equívoco e o que exprime direito.

Pois foi precisamente esse método que se revelou por inteiro no primeiro artigo de Almir Matos: a rotulagem fácil, baseada em adulteração no conteúdo de um pensamento. Para responder a esse repto é que surgiu o artigo em NOVOS RUMOS, destinado a demonstrar que a interpretação dada em "Golpe, Democracia, Imperialismo", convém ao pensamento expresso em "Quem dará o golpe no Brasil?". Trata-se agora de discutir se as deduções do crítico estão ou não estão de acordo com algumas teses contidas no opúsculo. Para o crítico, esta interpretação corresponderia a legitimar as objeções feitas ao folheto. Entretanto, tal comprovação, se existir, equivale apenas à abertura da questão acerca do golpe, fechada por Almir Matos com seu primeiro artigo. Evidentemente que, sobre o golpe, muito está por analisar e discutir. Entretanto, o que está em tela de juízo, por ora, são os métodos utilizados no exercício da crítica a um pensamento.

As críticas de "doutinarianismo de esquerda", aplicadas ao folheto, Almir Matos acrescenta as de "falta de unidade", "desgovernada validade intelectual", "preconceito" e "pouco responsável", dirigidas ao autor do ensaio. Aparentemente distinguem-se dois grupos de críticas: umas, de natureza teórica, outras, de caráter pessoal. Mas, isto, só na aparência, já que, no fundamental, visam ao mesmo objetivo, fazem parte do mesmo método de trabalho.

Na verdade, as críticas sugeridas pessoalmente não têm profundamente outro caráter senão o de servir de sustentação a esta outra crítica, especial, de "extrema intolerância", que é também atribuída ao autor de "Quem dará o golpe no Brasil?". Mas nada há de pessoal aqui, de fato, e apenas se tenta criar um contexto que torne aceitável a acusação de "extrema intolerância". Por quê? Por isto: onde se manifesta a intolerância, em seu grau extremo, não será mais do que provável que um intolerante extremo, um dogmático, portanto, manifeste sectarismo nas análises que empreende? Al está unidos os elos de uma cadeia tenden-

te a, previamente, dar verossimilhança às críticas teóricas posteriores. Com este conteúdo é que devem ser apreciadas as críticas "pessoais": meros elementos de uma estrutura incumbida de distribuir rótulos. Nada mais.

Não obstante, continua o crítico obrigado a demonstrar que a interpretação que deu a duas teses de "Quem dará o golpe no Brasil?" corresponde ao conteúdo do pensamento de seu autor, sob pena de revelar ter incorrido em comportamento de triste memória. Como procede? Vejamos.

A primeira tese interpretada é a que afirma ser o conteúdo essencial do golpe a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo. Segundo Almir Matos, esta tese é sectária de esquerda porque contém outra: todos os membros da minoria dominante são golpistas — o que constitui evidente falácia, visto como há numerosos membros da minoria dominante que não são golpistas. Para saber, entretanto, se no pensamento do autor havia correspondência entre as duas teses, faz-se mister examinar todo o folheto. Nesse exame, se verificaria que, segundo o pensamento do autor, a tese de que o golpe é a defesa dos privilégios da minoria dominante não quer dizer que toda a minoria dominante seja golpista, como demonstrou no artigo publicado em Estudos Sociais, sob o título "Quando a crítica é que dá o golpe", citando seis passagens do folheto onde se mostra que nem toda a minoria dominante é golpista. Afirma, portanto, que as duas teses se equivalem, sem citar nenhuma passagem comprometedora representativa da adulteração do pensamento do autor do folheto, interpretando arbitrariamente uma de suas teses e omitindo as passagens que elucidam, quanto à interpretação feita. Foi o que ficou assinalado na resposta ao primeiro artigo do crítico, e também publicada em Estudos Sociais.

No artigo "Sobre o golpe no Brasil", em NOVOS RUMOS, Almir Matos tenta demonstrar que sua interpretação é verdadeira, ou seja, corresponde ao real pensamento do autor de "Quem dará o golpe no Brasil?". Para obter este efeito, tinha ele duas alternativas: ou compreendendo o que o pensamento deve refletir o movimento do real, e que, por isso, a representação conceitual da existência de um processo objetivo é sempre relativa a um momento dado desse processo, definido pela prática; e, ademais, que a representação conceitual se vai enriquecendo à medida que o pensamento acompanha o desdobramento do processo em suas múltiplas mediações e determinações; ou em outras palavras, ou compreendia que a análise dialética de um pensamento determinado deve acompanhá-lo em seu progressar na compreensão do processo estudado; ou, em segunda hipótese, considerava que a compreensão

exauritiva do fenômeno estaria toda contida em uma fórmula, da qual se pudesse deduzir todas as determinações e o próprio desenvolvimento objetivo. Neste segundo caso, a análise empreendida seria de natureza logicoformal, que se caracterizaria precisamente por não acompanhar e movimento impeditivo do real, mas apenas selar pela correta marcha das ideias.

Tomasse Almir Matos o primeiro caminho a veria que o golpe recebe conceitualmente uma primeira determinação, à página 11 de opúsculo, fundamentada nos elementos emergentes da prática social das massas em favor das riquezas nacionais, em favor da abolição do monopólio da terra e em favor da igualdade atual. Tal é a matéria do capítulo onde se conclui que o golpe tem por conteúdo essencial a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo. No sentido da representação conceitual do golpe, isto significa incluir um conceito específico — "o golpe" — em outros conceitos, sendo — "a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo". Revisa, por isso, o que há de idêntico entre o golpe, e, por exemplo, a dissolução violenta de comícios populares, ou a repressão de greves. Contrariamente, ficam excluídas do conceito aquelas determinações que se nega existirem no processo real, por exemplo que o golpe seja uma tática de luta utilizada pelas forças populares para a conquista de suas reivindicações. Posteriormente, é enriquecido o conceito com novas determinações — páginas 17, 20 e 28 do opúsculo — onde se revela que o golpe não é apenas a defesa dos interesses da minoria dominante, mas a extrema defesa desses privilégios, que se manifesta na violação, da parte da minoria dominante, de suas próprias leis. Finalmente, adquire-se uma última determinação que procura revelar o golpe real em discussão encarnado na "ditadura do governo forte". No que concerne às premissas materiais do golpe, por sua vez — páginas 28 e seguintes — se verificaria residirem elas no dilema que a atual estrutura do país — capitalista, dominado pelo imperialismo — coloca diante de toda a minoria dominante: ou se altera essa estrutura, ou se reprimem as reivindicações da maioria do povo, defendendo-se, assim, os privilégios não conquistados. Claro está: existe a possibilidade de que parte da minoria dominante opte pela transformação daquela estrutura.

Percorrido este caminho, veria Almir Matos não ser possível de modo algum deduzir-se da tese de que o golpe é a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo, esta outra de que toda a minoria dominante é golpista. Ainda mais, ao se conceber que a estrutura do país é capitalista, penetrada pelo imperialismo, se está simultaneamente vedando a que se considere como principal a contradição entre as classes burguesa e proletária. Por isso é que se encontram no folheto, embora não consideradas pelo crítico, inúmeras referências à não participação atual de setores da minoria domi-

nante na corrente golpista. É elemental. Tomasse Almir Matos o primeiro caminho, seriam estas as conclusões. Todavia, é evidente que estaria também comprovada a adulteração feita no primeiro artigo. Em tais condições, o crítico optou pela segunda alternativa, ou seja, continuou ignorando absolutamente o conteúdo do pensamento expresso no ensaio, isolou a tese criticada e lançou-se à demonstração de que, em tal tese, contém-se a outra, isto é, a de que toda a minoria dominante é golpista. A dedução, não podendo ser feita do conteúdo do pensamento, foi tentada a partir da forma expressa, através de uma discussão para o campo acadêmico, extremamente árida, como recurso para provar que não adulterou o pensamento alheio. Em virtude da aridez deste terreno, a análise dos resultados obtidos pelo crítico se resumirá aos seus aspectos mais importantes.

1.º — a discussão foi travada, como se mostrou, para o campo da lógica formal e não, como pensou o crítico, para uma distinção entre metafísica e dialética; 2.º — mesmo no campo da lógica formal, entretanto, comete o crítico um primeiro equívoco ao identificar a função gramatical das palavras — dos, das, os — com a função lógica dos termos de um juízo. Num processo de dedução são juízos que constituem os elementos do raciocínio, e não, palavras isoladas. 3.º — Juízo é um pensamento no qual se afirma ou se nega algo de algo e o problema de sua verdade ou falsidade consiste em saber se o predicado (o que se afirma ou se nega) é próprio ao sujeito do juízo (aquilo do qual se afirma ou se nega o que está contido no predicado). Vejamos, portanto, como é possível avaliar logicamente um juízo do tipo — "o golpe é a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo" — que é um juízo universal afirmativo. a) — a verdade de um juízo universal não pode ser negada por um juízo particular qualquer, porque podem ser verdadeiros os dois. Assim, o juízo universal de que se trata aqui não pode ser negado por este juízo particular — "alguns elementos da minoria dominante não são golpistas" — nem por este outro — "nem toda a forma de defesa dos privilégios etc.". Nada há nestes dois juízos particulares que invalide o juízo universal. b) — a verdade de um juízo universal pode ser negada partindo-se de um juízo singular, particular ou universal. Assim, o juízo universal que examinamos pode ser negado por qualquer um dos seguintes três juízos: este golpe não é a defesa, etc. (singular negativo); "só alguns golpes são a defesa, etc." (particular); "nenhum golpe é a defesa, etc." (universal negativo). E por que isto se passa? Porque no juízo universal afirmativo a extensão do predicado abarca toda a extensão do sujeito — "todos os golpes" estão contidos em "defesa dos privilégios, etc.". enquanto que no juízo particular apenas parte do sujeito está contida no predicado — "alguns golpes são a defesa etc.". Só se afirma a possibilidade de golpes que não representam a defesa dos privilégios da minoria dominante é que aquele juízo universal pode ser negado. c) — no que concerne à conversão dos juízos, a fórmula correta é a seguinte, para os juízos universais afirmativos: se todos os A são B (juízo universal), segue-se que alguns B são A (juízo particular). Não é correto converter um juízo universal afirmativo em outro juízo universal. Consequentemente, "todos os golpes são a defesa de privilégios, etc." converte-se em "alguma forma de defesa dos privilégios, etc., constitui o golpe" e, não, como quer Almir Matos, "todas as formas de defesa, etc., são o golpe", nem tão pouco, "todos os membros da minoria dominante são golpistas". 4.º — Finalmente, quanto à forma silogística, permite-se o seguinte: "todo golpista defende os privilégios da minoria contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo; e o golpe é a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo; logo, o golpe é a defesa dos privilégios da minoria dominante contra as reivindicações e os interesses da maioria do povo". Contrariamente, não é permitido fazer o que pretende o crítico, ou seja: "todo golpista defende os privilégios da minoria dominante, etc.; pertencem à minoria dominante; logo, é golpista. Esta dedução que o crítico pretende seja válida, não é legítima e incorre na transgressão lógica que consiste em não tomar universalmente o termo médio do silogismo (minoría domi-

nação) com uma só vez. Para tornar mais claro: o esquema silogístico que Almir Matos imagina ser correto é o mesmo que se inclui no seguinte raciocínio: todo homem é animal; o porco é animal; logo, o porco é homem. Al está todo o absurdo da dedução formal efetuada pelo crítico.

A tentativa de justificar a interpretação por intermédio de uma análise formal da tese revelada, portanto, não frustraria quanto o seria o caso de o crítico buscar aprender o conteúdo efetivo do pensamento expresso em "Quem dará o golpe no Brasil?". Dando de barato que a análise formal demonstrasse o contritismo do folheto — o que absolutamente não ocorreria e, sim, se compreendia apenas que uma certa formação com o conteúdo da tese — dando de barato isto, mesmo assim continuaria de pé o fato já demonstrado em artigo anterior: as críticas feitas por Almir Matos a "Quem dará o golpe no Brasil?" não alcançam o conteúdo efetivo do livro, baseando-se em deturpação do pensamento ali expresso. E enquanto isto ocorrer é próprio terá encerrado a questão do golpe, substituindo a crítica, que elucidada, pela estéril habilidade em rotular, que só confunde.

Resta a segunda objeção. Em NOVOS RUMOS o crítico afirma ser um disparate negar que o ensaio crítico contribua para a luta pelas liberdades. Transcrevo um trecho do artigo primitivo de Almir Matos: "Os dados e conclusões oferecidos por WG estão longe de corresponder a uma análise viva e criadora (...) da questão em foco, e isso o leva a reduzir o significado atual da luta pelas liberdades democráticas". Ainda mais, em outro trecho chega a afirmar que o livro analisado leva lenha à fogueira do golpismo. Pode-se, entretanto, passar a borraça sobre isto que, na discussão atual, não é o mais importante. Importante sim é o fato de que também neste ponto manifesta-se o vício da deturpação dos problemas. Faz Almir Matos uma série de afirmações quanto às possibilidades atuais das lutas populares nos quadros da democracia burguesa, sugerindo que, no folheto criticado, se tenha diminuído ou negado essas teses ao se afirmar que a democracia burguesa é também uma ditadura. Ora, o trabalho de análise procura abalar as relações entre o golpe e a democracia burguesa e que possibilidades têm os mandatários dessa democracia de se oporem ao golpe. Em nenhum momento se trata da questão — que não é tão simplória, nem tão atual assim —, de saber se as forças populares podem ou não conquistar o poder por meios pacíficos. É inútil confundir as questões. A acusação feita — sem que se citasse um só trecho do folheto — é a de que se aplica aquela tese de modo sectário de esquerda. Tal acusação deve ser provada em relação ao problema do golpe, pois ali foi ela aplicada. Se alguém afirma que de um ovo não pode sair um hipopótamo — e se é isto que está em discussão —, não pode ser acusado de reduzir o significado do ovo, já que este tanto pode sair um galinha quanto um hipopótamo. Ter sido sectário em relação ao ovo, isto é exigir respeito para uma questão não formulada. Aliás, o crítico sabe disto perfeitamente, mas faz parte do método o embarralhamento dos problemas, a confusão nas questões, impedindo o leitor de guiar-se convenientemente na matéria em debate. Pode o crítico discernir o quanto quiser sobre as possibilidades atuais dos caminhos da emancipação do povo brasileiro. Mas isto não o desobriga de provar a acusação que faz, quanto às relações estabelecidas, no folheto criticado, entre o golpe e a democracia burguesa. O repto de doutrinarismo de esquerda, também neste ponto, não tem nenhuma significação crítica e corresponde tão somente ao velho método de colocar etiquetas.

O método degradado de crítica, utilizado por Almir Matos, foi posto a nu, no caso particular da polémica atual, não havendo roupa que o cubra. E, quando se trata de analisar e estudar os problemas da realidade brasileira, cuja resposta não será dada por ninguém isoladamente, nascendo ao contrário da prática social das massas e do esforço em conjunto de todos os que atuam, com o fito da emancipação do país, quando se trata disto, é precisamente o caso de perguntar: "final, que sentido e que resultados podem ter "maquiavelismos" tão simplórios, quando o que se deve prever é o real confronto de ideias e, sobre essa base, a redução incessante dos equívocos e das incertezas?"

UMA EXPLICAÇÃO

Almir Matos

A condição de redator de NOVOS RUMOS permitiu-me ler, ainda no original, o artigo de Wanderley Guilherme publicado nesta mesma página. Isso me possibilita redigir logo esta nota — em benefício do espaço do jornal e, naturalmente, da paciência dos leitores. Estou convencido, e esta altura, de que o debate que pretendemos iniciar com WG acerca de problemas de interesse para o movimento revolucionário brasileiro, suscitados em seu folheto, perdeu a razão de ser. Lamentavelmente, o jovem professor não entendeu, ou não quis entender, as nossas observações e imprimiu as suas respostas rumos que nada têm a ver com uma polémica seria em torno das questões que gostaríamos de estar discutindo. Sentindo-se pessoalmente atingido por uma crítica que não ultrapassava o terreno das ideias, limitou-se ora a distribuir insultos, ora a recitar lições de lógica formal. Um debate em tais termos corre, evidentemente, o risco de tornar-se ridículo. E eu me recuso a esse papel. Aos leitores de NOVOS RUMOS advirto, todavia, para a tese errônea e sectária formulada por Wanderley Guilherme em seu artigo hoje publicado — tese que, afinal, é uma simples variante de outras igualmente errôneas e es-

querdistas já criticadas. Trata-se da caracterização que faz do Brasil como um país de "estrutura capitalista, penetrada pelo imperialismo". Não é esta, de modo nenhum, a estrutura econômica e social de nosso País. Se a aceitássemos como verdadeira seriamos de substituir toda a estratégia e a tática do movimento revolucionário brasileiro, em sua atual etapa histórica, e proporia como objetivo imediato não a revolução anti-imperialista e anti-capitalista, mas a revolução socialista. O que define a estrutura do Brasil, apesar do considerável avanço capitalista dos últimos anos, é uma agricultura semi-feudal e uma economia "penetrada" pelo imperialismo, entorpecendo o próprio desenvolvimento das relações capitalistas. Precisamente por isso é que a grande tarefa das forças progressistas do Brasil, hoje, é a mudança dessa estrutura real — e não de uma suposta "estrutura capitalista" — que, arcaica e superada, obstina-se furiosamente em sobreviver, inclusive mediante o golpe. Quanto ao jovem professor Wanderley Guilherme, permito-me lembrar-lhe que nada como considerar os fatos tais como eles são — e não como se desejaria que fossem — para conter os efeitos das tendências dogmáticas e doutrinárias.

Novos Caminhos do Teatro Brasileiro - III

Jorge de Andrade responde hoje às perguntas que lhe foram formuladas por NOVOS RUMOS sobre os caminhos de seu teatro.

Em 1955, Jorge de Andrade tinha encenado em São Paulo, pelo Teatro Maria Della Costa, sua peça *A Noctúrnica*. Desde esse primeiro êxito, o dramaturgo

JORGE DE ANDRADE:

"Teatro Panfletário Não Atinge Seus Objetivos"

PARA QUEM ESCREVER

Nunca coloque este problema. Se penso no público a quem vou dirigir, vou determinar a peça, e acabarei não conseguindo atingir a quem quero. Naturalmente, ao me ter uma determinada posição está a vez de transparecer no tema escolhido e na forma abordada. Mas o processo de elaboração deve ser e não pode ser o mesmo para quem se consiga transmitir o problema ou problema que ele escreve sobre algo que me toca, não penso em quem vai ler o meu texto, não importa qual seja. Quem tem tão pouco não pode se dar ao luxo de escolher.

TEATRO PARTICIPANTE

Assim sendo, acredito que o teatro participa na medida em que transmite algo que o assistente, como ser humano, na medida em que esteja vinculado à sua realidade presente e próximo à sua história passada. Minha peça *Os Ossos do Barão*, por exemplo, fala de um passado mas atinge o presente, pois coloca um problema que foi ao povo paulista: a aristocracia rural em decadência e o emigrante que subiu pelo fruto de seu trabalho. E São Paulo é feito com o produto do trabalho dos emigrantes.

Não entendo que o teatro seja participante porque atinge, e sim, pelo que mostra. A aristocracia rural existe, contribuiu com muita coisa boa e má que herdamos, porém foi ultrapassada pelo presente. Ao mostrar isso o meu teatro participa. Contudo, se adoto a posição simplista e romântica de atacar simplesmente, o espectador percebe que estou tentando conduzi-lo para uma determinada ideia, e desce a uma barreira entre ele e a peça. Mesmo porque se eu simplificar a realidade não conseguirei transmitir uma visão verdadeira do problema e soará falsa. Brecht, ao apresentar o papa, em *Galiléu Galiléu*, não o pinta como o homem mau, mas como alguém que era levado a agir daquela maneira pelas condições a que estava submetido e por ser um digno representante de tudo aquilo que ele quer atacar. E acabamos condenando a atitude dele.

TEATRO POLITICO

Por isso o teatro panfletário, a serviço de qualquer ideia política que ele esteja, termina por não conseguir seus próprios objetivos, na medida em que não faz teatro. E não fazendo teatro, acaba tendo uma má participação política. Para fazer discurso político temos a Câmara e o parlamento que dão muito mais resultado, assim como o sermão deve ser feito

no púlpito e não no palco. O teatro participa, mas em outro nível. Mas vale bem, não quero, com isso, condenar o teatro político, mas o meu teatro político. O teatro político é válido na medida em que vai de encontro aos anseios políticos do povo ao qual se dirige, e na medida em que faz bom teatro.

Em seguida, Jorge de Andrade escreve *Padreiras das Almas*, peça em que criou no tempo a fim de apreender a matéria de que foram feitos seus ancestrais.

O CONTEÚDO E A FORMA NO TEATRO

O problema está em como transmitir os anseios políticos para um público muitas vezes afastado deles. O caso não é de uma platéia estar de acordo ou contra os aspectos políticos localizados. Você não consegue passar uma ideia primária e ainda por cima mal empacotada. O mau teatro se torna letra morta, e mesmo prejudicial porque previne contra. Quando a peça é boa ela consegue sucesso, apesar de qualquer conteúdo político. Nós já tivemos esta experiência em São Paulo.

Quanto ao problema da forma, creio que o tema e os personagens é que a determinam. Mas não acredito em formas ultrapassadas, elas podem ser sempre renovadas pelo novo conteúdo e pela maneira diversa de abordar um mesmo fato. O que não quer dizer que outras formas não sejam tentadas. Porém, não acho nenhum fundamento em dizer

QUEM VAI AO TEATRO NO BRASIL

Ir ao teatro não é apenas um problema financeiro, é também um problema cultural. Não temos costume de ir ao teatro. Mesmo pessoas em condições de ir ao teatro não vão. Uma boa peça em São Paulo leva 30 mil pessoas ao teatro, quando sabemos que quase um milhão poderia ir. Nos devemos esconder atrás do problema financeiro, pois pagamos 300 cruzeiros para ver futebol, e o povo vai. O problema ultrapassa o teatro.

COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA DA AUDIÊNCIA TEATRAL

Sem que a educação e a cultura atinjam amplas camadas da população, de nada adiantarão as campanhas para trazer gente ao teatro. Será mínimo o resultado alcançado em confronto com o imenso número de brasileiros que nunca viram teatro, e só poderá atingir nichos mais desenvolvidos como São Paulo e Rio de Janeiro. E o interior? Não entendo, reduzi o problema a uma fórmula simplista não ajuda. Não se precisa da demanda reestrutu-

ram ainda inédita a *Vereda da Salvação*, onde narra o drama verídico ocorrido em Malacacheta, Minas Gerais, quando colonos que se insurgiram contra sua situação de miséria, por um processo de fanatismo e misticismo, foram assassinados pela polícia, numa ação que lembra Canudos.

De sua autoria são ainda *Os Vinculos*, em colaboração com Cláudio Prado, *A Escada*, *O Incêndio* e *Os Ossos do Barão*.

Estudou na Escola de Arte Dramática de São Paulo.

O PROBLEMA DO AUTOR BRASILEIRO

Assim como o público, o autor brasileiro é vítima da falta de herança cultural. O problema financeiro é grave, porém a história nos mostra, que mesmo nas mais precárias condições, o homem consegue expressar-se quando isto constitui para ele uma necessidade. O fato é que muito pouco lemos, muito pouco recebemos de cultura. O que estamos produzindo está à altura da cultura que nos deram, ou que nos estamos para ler.

O TEATRO BRASILEIRO

O teatro brasileiro, se bem que ainda escasso, tem-se distinguido por procurar se identificar e refletir os diversos aspectos da vida brasileira. Mas em boa parte, seus autores estão profundamente integrados em seu meio. Nelson Rodrigues é meio carioca; Guarnieri é o autor de uma cidade industrial e procura traduzir os problemas do meio que determinam seu teatro. Procura a realidade paulista. É claro que se a platéia se identifica com os problemas levantados, se ela se identifica com o teatro, como se pode dizer que não existe o teatro brasileiro? Creio que as peças que têm sido elaboradas são interessantes no sentido de forjar e nosso teatro. Ele não pode ser analisado por duas ou mais peças isoladas, mas pelo que vem criando como tradição. Algumas peças são boas, outras são más, mas devem ser analisadas sempre em perspectiva.

DRAMATURGO

Mas temos obrigação de adquirir esta cultura que não nos foi dada, se quisermos realmente contribuir com alguma coisa de valor para o teatro brasileiro. Naturalmente, é um esforço isolado e muito pessoal, devido ao próprio período de formação do teatro e às condições em que ele se processa. Prosto escrever, aperfeiçoar-me, refletir cada vez com maior exatidão os nossos problemas, independentemente mesmo da possibilidade de montagem. Se fosse pensar em todas as dificuldades, acabaria por não escrever. Os que virão depois encontrarão mais do que receberem e assim penso estarmos contribuindo de algum modo para a formação de uma cultura brasileira.

se dos irmãos Cirilo e Metódio. Foram caluniados, perseguidos, presos, torturados, sumindo por fim da mão de cruéis inimigos. Era corrente, no mundo cristão da época, a ideia de que a "palavra divina" só podia ser propagada em hebreu, grego e latim. "In-esta língua" e daí a acusação de heresia levantada contra os criadores do alfabeto eslavo. O rei Boris, da Bulgária, estranho ao castigo infligido a Cirilo e Metódio, chamou alguns de seus discípulos a capital búlgara a fim de continuarem a obra dos dois monges martirizados. Criaram-se escolas especiais, publicaram-se livros no novo alfabeto — e assim tornou-se a Bulgária. Um grande centro cultural, fonte de primeira literatura eslava. Alguns escritores búlgaros de então se fizeram famosos: Plimint (835-910), Naum (820-910), o poeta Konstantin de Preslav (830-910) e outros mais.

Jardim Zoológico

Poi aumentado o preço dos ingressos: agora, os que pretendem visitar o Jardim Zoológico deverão desembolsar trinta pratas. Pode ser prevista uma diminuição no afflujo de visitantes. Em compensação, pode ser previsto um público mais numeroso para o próximo congresso da UDM.

Com o correr dos séculos, a cultura dos povos eslavos tomou grandes impulsos, assumindo uma importância de ordem mundial. A Bulgária orgulha-se de ter sido o berço dessa cultura, que teve o seu ponto de partida no alfabeto criado pelos búlgaros Cirilo e Metódio e é hoje mais que nunca uma cultura progressista, integrada na obra humanitária do socialismo e da paz entre os povos.

Florescimento da Cultura Búlgara

Atrelido Pereira

efeito, em toda a sua plenitude, sob a luz do pensamento marxista, com a aplicação consistente e sistemática do processo de assimilação dialética dos elementos válidos transmitidos pela história e que venham enriquecer o patrimônio cultural a ser legado pelas gerações atuais às gerações futuras.

Três exemplos recentes nos mostram como isto vai sendo feito na Bulgária: Socialista: as comemorações do bicentário da HISTÓRIA ESLAVO-BULGARA, escrita por Paisii de Khilendar; a edição crítica da tradução búlgara de uma crônica bizantina do século XII, com ilustrações de um pintor búlgaro desconhecido, e os atos e publicações comemorativas ao 1100º aniversário da criação do alfabeto eslavo pelos monges búlgaros Cirilo e Metódio, irmãos de sangue e de ordem monástica.

Sabe-se que a Bulgária, cuja história como Estado data do século VIII, foi dominada pelos turcos durante quase cinco séculos — de 1393 a 1878. A obra de Paisii, monge do mosteiro de Khilendar, terminada em 1762, assinala o momento de transição da época medieval aos tempos modernos, e é a expressão — escreve o prof. P. Dinekov — "das gran-

dos séculos mais tarde, num exemplar de sua tradução em búlgaro. O tradutor e o pintor eram contemporâneos, mas seus nomes não se preservaram. De original bizantino de Manassis foram conservadas 60 cópias e da tradução, em prosa búlgara, se fizeram três cópias, uma das quais, provavelmente a que está ilustrada, pelo ministério búlgaro, foi parar na biblioteca de Vaticano. É uma extraordinária raridade bibliográfica, valorizada pelas miniaturas, de valor artístico superior ao texto.

A primeira edição búlgara das miniaturas apareceu em 1937. Só agora, porém, se fez uma edição crítica em grande estilo da tradução e das ilustrações, reproduzidas diretamente do exemplar conservado no Vaticano. Esta edição, promovida pela editorial "Pintor Búlgaro", foi preparada pelo prof. Ivan Dulchev, da Academia Búlgara de Ciências, com exaustiva análise histórica e artística da obra. Em seu prefácio, o prof. Dulchev se detém especialmente na história da cultura búlgara no século XIV, que foi um século assinalado por considerável progresso, interrompido pela invasão turca. O prof. Dulchev confronta o maravilhoso exemplar vaticano com outras relíquias de iluminadoras búlgaras da mesma época, como sejam

o do chamado Evangelho de Londres, que pertenceu ao rei Ivã Asenador, e o do livro de salmos de Tomich de Mevoe.

Os monges búlgaros Cirilo e Metódio viviam em Salônica, e foi tendo em vista a propagação do cristianismo entre os povos eslavos vizinhos de Bizâncio que eles criaram o novo alfabeto. Começaram por ensinar, na nova escrita, alguns livros consagrados ao culto, partindo em seguida para a Morávia, onde uniram a seu apostolado religioso e uma ardente propagação do alfabeto que haviam criado, adaptando o alfabeto grego às línguas eslavas. Foi assim que o cristianismo, a escrita e a influência da cultura bizantina penetraram primeiro nos países vizinhos de Bizâncio, logo se estendendo aos demais povos eslavos. Estes povos se converteram ao cristianismo e simultaneamente aprendiam a arte de ler e escrever. Eis porque a sua conversão, nas condições históricas existentes na época, representou um elemento positivo de progresso — tal a conclusão a que chegaram muitos historiadores, inclusive historiadores soviéticos.

Sempre difícil, em todos os tempos, é abrir o caminho ao progresso. Esta regra se confirmou no ca-

nr romance

Um Dia na Vida de Ivã Denisovitch

Alexandr Soljenitsin
Tradução de B. Albuquerque

Shukhov tirou sua colher de uma das botas. Aquela colher tinha-lhe um grande valor: não se separava dela desde que estava no norte. Ele mesmo a fundia na areia, decretando um pedaço de arame de alumínio, e ela trazia inclusive uma inscrição que dizia "Ust-Ijma, 1944". Logo que Shukhov tirou o gorro, deixando a descoberto a cabeça raspada — por muito frio e ferozes não podia permitir-se comer sem se descobrir — e se mexendo a sopa já assentada, verificou em seguida o que lhe tocara. Ora, algo regular: nem do conteúdo do caldeirão, nem também dos restos. E Fetukov ganhara um pãozinho por comer as batatas da sopa enquanto cuidava da escudaria.

O que a sopa tem de bom é que é quente. Mas agora Shukhov a encontrava completamente fria. De qualquer forma, pôs-se a comê-la com a mesma parcimônia e abstração que de costume. Porque ali, ainda que o mundo visse a baixo, não precisava ter pressa. Sem contar o tempo de dormir, o prisioneiro vive para si unicamente de minutos de manhã, na hora do desjejum, cinco na hora da refeição e cinco na hora da ceia.

A sopa era igualzinha todo dia, dependendo apenas, durante todo o inverno, da verdura armazenada. No ano passado, tinha sido ononura em salmoura, e desde setembro está junho não tivera outra coisa senão sopa de carne. Naquele ano, tocara-lhe couve preta. A época em que o prisioneiro encontra melhor comida é no mês de junho: já não existe nenhuma hortaliça e em seu lugar

servem milho. E é pior: mais é de julho: põem urtigas no caldeirão.

Das peixinhas não costuma encontrar nada mais além das espinhas. A carne se desprendera delas, recolhendo, desafiando-as, e somente ficavam algumas fibras na cabeça e no rabo. Quanto à rida sutil das espinhas, se não deixas nelas nem uma escama, nem um átomo de nada. Shukhov as triturava entre os dentes, chupava, e esqueleto e as cuspiu sobre a mesa. Fosse o peixe que fosse, era capaz de comê-lo todo: as guelras, a cauda, os olhos se estavam em seu lugar. Mas se se tinham desprendido e flutuavam, enormes, no líquido, deixava-os de lado. Os outros comiam dele por causa disso.

Como não tivera tempo de ir até o barracão, para spanhar sua rapa, agora comia sem pão. Era uma economia. Dessa forma, poderia, depois, comê-lo separado, o que parecia alimentar mais.

Em segundo lugar, viria "kasha" de magará. Ficava coalhada em um bloco, de onde Shukhov ia arrancando pedacinhos. Sem se falar de quando está fria, a magará mesmo ainda quente não tem sabor nem alimento: uma coala fibrosa cuja cor amarela é a única coisa que a faz parecer com o milho. A moda agora era servi-la em lugar de outra coala. Com a desculpa de que os chineses a comem. Finalmente, davam trinta grammas daquela papa ferveda e pronto. Fosse ou não, fosse "kasha", por tal passava.

Depois de lambear a colher e voltar a guardá-la na bota, como sempre, Shukhov pôs o gorro novamente e se dirigiu à enfermaria.

No céu, de onde os faróis tinham apagado as estrelas, reinava a mesma escuridão. E os largos feixes dos refletores continuavam atravessando a zona de segurança. Quando foi fundado aquele campo especial, "Casobli", como a guarda ainda tivesse muitos foguetes dos utilizados na guerra, começaram a soltar foguetes brancos, verdes, vermelhos sobre a zona de segurança; mal se apagava a luz e aquilo parecia uma guerra de verdade. Depois deixaram aquilo de lado. Ficava muito caro?

Era tão de noite como quando se levantara. Contudo, um olho experiente podia perceber por diferentes pequenos indícios que logo tocariam para formar. O ajudante do Coxo (o Coxo, de serviço no refeitório, tinha ainda um ajudante a quem alimentava), dirigia-se ao sexto barracão, e dois inválidos que não saíam a traba-



France & Solazar

France e Solazar se encontraram para conversações. Onde podiam ser o encontro? Os jornais disseram: em Mérida. A resposta é mais simples do que se pensa: dificuldade de articulação das palavras.

Clube de Miami

O Globo de 21-5-63 noticiou que os refugiados de Miami fundaram nova organização geral, com a finalidade de "libertar" Cuba.

Silêncio de Dutra

A revista *Fatos e Fotos* pergunta, na capa: "Por que Dutra não fala?" A resposta é mais simples do que se pensa: dificuldade de articulação das palavras.

Retorno de ALEP

A ALEP — Aliança Eleitoral Pela Família — manifestou-se contra as reformas de base. A ALEP, como vocês devem estar lembrados, é aquela entidade que indicou ao governador, nas eleições de outubro passado, grande número de candidatos reacionários que o povo rejeitou. Agora, quando a gente já pensava que a ALEP tinha morrido, eis lá de um ar da sua (falta de) graça. Mas quem sabe se morreu mesmo? Quem sabe o seu recente manifesto contra as reformas não foi feito em uma sessão espírita?

Polegismo & divisionismo

Crockett de Sá (cujo nome já foi abreviado para Croquette de Sá) esteve reunido com o ultraleigo Holanda Cavalcanti e com Hélio Waldemar, acessor sindical do governador Lacerda, na Guanabara, tratando de pormenores relativos à campanha contra o C.G.T.

Nansen's Letter

A *Nansen's Latin American Letter*, publicação especializada norte-americana, afirma em editorial que, com a indenização que pagou à IT & T e com a indenização que pagou à American Foreign Power Company, o Brasil se caracteriza como "o Palhaço do Hemisfério".

Ibrahim sai de "O Globo"

O colunista social explicou o motivo da sua saída com certa candura: queriam obrigá-lo a bajular o governador Carlos Lacerda. O *Globo*, mas ele se recusou terminantemente a bajular o governador Carlos Lacerda.

Basquete com IBAD

O *Jornal do Brasil* noticiou que o IBAD patrocinou entrada para quem quer que se compromettesse a viajar e time da União Soviética no campeonato mundial de basquete. Mas não contou um incidente curioso que se deu com um rapaz boêmio do Rio Comprido. Convidado para ir ao jogo de graça, o moço não se fez de rogado e concordou em viajar a URSS no jogo com os Estados Unidos. Durante a partida, no entanto, os soviéticos tiveram lances tão emocionantes que o "carona" tremou na base. E, quando o jogo chegou aos dois minutos finais, ele não aguentou e disse para o patrocinador ibadense da sua entrada: — Olha, fulano, toma o dinheiro da entrada e me deixa torcer pela "canalha comunista".

Jardim Zoológico

Poi aumentado o preço dos ingressos: agora, os que pretendem visitar o Jardim Zoológico deverão desembolsar trinta pratas. Pode ser prevista uma diminuição no afflujo de visitantes. Em compensação, pode ser previsto um público mais numeroso para o próximo congresso da UDM.

ISABEL NEVES DA SILVA

Com a idade de 92 anos, faleceu no dia 23 de maio, em Niterói, Dona Isabel Neves da Silva, viúva de Ramiro Pereira Duarte Silva, antigo político no Estado do Rio, e mãe do no-

seu colaborador Atrelido Pereira de Ramiro Pereira Filho, de revista de NOVOS RUMOS. Dona Isabel era uma grande admiradora de Luis Carlos Prestes.

Shukhov tirou o gorro, como se estivesse diante de um chefe, e obedecendo ao hábito adquirido no campo, de farejar tudo, percebeu logo que Kolla estava escrevendo em linhas muito iguais e que continha cada uma deixando bastante margem, com letras manuscritas alinhadas metodicamente uma embaixo da outra. Como é natural, compreendeu de imediato que aquilo não era um trabalho a que estivesse obrigado, mas um biscoito, embora o fizesse sem receio.

— Pois não... Nikolai Semionitch... parece que... não estou bem... disse Shukhov envergonhado, como se se tratasse de algo indigno.

Vdvushkin levantou os olhos, grandes e tranquilos. Gavental e o gorro brancos não deixavam ver os números de sua roupa.

— Mas como, tão tarde? Por que não visita ontem a noite? Se sabes que de manhã os médicos não atendem... A lista dos que têm baixa já está no "pá-pá-tché". Shukhov sabia de tudo aquilo, como também sabia que os mesmos impedimentos havia à tarde para receber as baixas.

— O caso, Kolla, é que... Isso, à tarde, quando é preciso, não dói.

— Bem, e o que lhe dói?

— Assim, olhando bem, às vezes não dói nada, mas a gente está todo doído.

Shukhov não era dos que corriam à enfermaria a três por dois, e Vdvushkin sabia disso. Mas ele só estava autorizado a dar baixa a dois homens por manhã, e a dois já atendera. Seus nomes estavam anotados por baixo do vidro esverdeado da mesa e aquilo era fato consumado.

— Devias ter vindo antes. Como te apresentas quando tocam para a farmácia?

Vdvushkin tirou um termômetro do vaso de vidro onde estava, dentro de um líquido, passando pelos burocos feitos em uma gaze, secou-o e entregou-o a Shukhov para que o pusesse.

Shukhov sentou-se na beirada de um banco que estava junto à parede, ocupando o lugar exato para não cair com banco e tido. Nem mesmo escolheu aquele lugar de propósito, mas sim para fazer ver que a enfermaria era-lhe algo estranho e que viera por coisa de pouco monta.

Vdvushkin continuou escrevendo. (Continua)

São Paulo prepara a greve geral

Jango, Trabalhadores e Estudantes na Pregação Pela Reforma Agrária

São Paulo, 27 (Da Sucursal) — São Paulo foi alvo, nesta última semana, de vigorosa ofensiva desencadeada pelas amplas forças que lutam pelas reformas de base, principalmente a reforma agrária. Nessa "rush" pode-se dizer que, praticamente, toda a população do Estado foi atingida, de uma forma ou de outra, pela propaganda a favor das mudanças que se impõem na estrutura econômico-social do País.

De um lado, os mais poderosos sindicatos de trabalhadores se empenhavam nessa campanha, tendo como motivo central a greve geral decidida pelo CGT. Por outro lado, líderes políticos de prestígio, como os srs. Miguel Arraes e Almino Afonso, aqui estiveram para participar de um ato público, como parte do movimento de mobilização popular. São Paulo recebeu, também, a visita do próprio Presidente da República que, nos dois dias que aqui permaneceu, em diversas orações, amplamente difundidas por toda a imprensa falada e escrita, demonstrou a necessidade e a inadiabilidade das reformas de base. Outra parcela, particularmente ativa, da Frente de Mobilização Popular, os estudantes, comandados pela UEE, alcançavam, com seus esclarecimentos setoriais, a população da capital e do interior. Assim, o movimento que visa a mudar todo o povo para a conquista imediata das reformas de base vai-se estendendo e atingindo maior profundidade.

ADESAO A GREVE GERAL
"Os trabalhadores de São Paulo resolveram ratificar sua adesão à greve geral pelas reformas de base, ficando a sua deflagração condicionada à palavra de ordem do Comando Geral dos Trabalhadores".

Esta foi a resolução central e mais importante da Assembléia Interindustrial do dia 26, no Cine S. José, no Méier. Ao ser submetida a debate do plenário, as centenas de pessoas presentes aclamaram-na de pé, numa clara demonstração de que os trabalhadores julgam chegada a hora de passar a ação para a efetivação imediata das reformas de base.

A assembléia foi convocada pelas entidades sindicais que congregam a maioria esmagadora dos trabalhadores de São Paulo. Entre elas, as federações dos têxteis, dos bancários, dos químicos, alimentação e dos trabalhadores nas indústrias extrativas. E mais 50 sindicatos entre os quais os dos metalúrgicos, têxteis, bancários, ferroviários da Santos-Jundiaí, condutores de veículos e outros. Um dos objetivos da reunião era, exatamente, o de, após ouvir as bases, colocar em discussão e votação a palavra final dos trabalhadores do Estado sobre a adesão ou não à greve geral pelas reformas. Isso foi feito. De

forma democrática, após amplos debates, a assembléia exprimiu a opinião da massa trabalhadora pela participação no movimento pelo CGT.

Os líderes sindicais que falaram (dos têxteis, Antônio Chamorro; dos bancários, Pedro Lovino; dos metalúrgicos, José de Araújo Plácido; Eugênio Champ, e outros) chamaram a atenção dos presentes para as importantes e necessárias medidas a serem tomadas pelas organizações sindicais para garantir o êxito da paralisação no Estado. Frisaram ser indispensáveis todas as categorias profissionais manterem-se em assembléias permanentes, organizando comissões e piquetes em cada distrito e em cada fábrica. No interior, realizar concentrações em grandes centros industriais, propagando o movimento por todas as formas e meios não permitir que um trabalhador fique à margem da campanha. Por falta de esclarecimentos, com êsse espírito e essa disposição — salientaram alguns dos oradores — temos a certeza de que São Paulo dará à campanha nacional pelas reformas de base a expressiva contribuição que deve e pode dar.

Outras resoluções aprovadas: convocação e mobilização para a caravana de dirigentes sindicais e trabalhadores que seguirá para Brasília no próximo dia 9, a fim de debater com parlamentares a urgência das reformas de base; exigir o afastamento do embaixador lanque Lincoln Gordon, por interferência nos assuntos internos de nossa Pátria.

COM JANGO: SEM JANGO OU CONTRA JANGO
"As reformas de base serão realizadas com Jango, sem Jango ou contra Jango" — essa foi uma das frases mais proferidas pelo próprio presidente da República, nas várias ocasiões em que se dirigiu ao povo de São Paulo, na visita realizada na última semana. Procurava demonstrar, assim, terem se tornado inadiáveis as reformas, que nenhuma força poderá impedir que sejam concretizadas.

Jango falou em jantar no Jockey Club, comemorativo do décimo aniversário de uma revista carioca; falou na instalação do Ciclo de Unidade Nacional e Planejamento do Governo, promovido pelo Centro Acadêmico "23 de Agosto", que congrega os alunos de Direito da Universidade Católica de São Paulo; fez diversos discursos, também, nas localidades da Baixada Santista por ele visitadas. A portas fechadas, conferenciou, por mais de uma hora, com o cardeal Mota e outros prelados, entre os quais se encontravam os bispos e arcebispos de Ribeirão Preto, Sorocaba, Santos, São André e Taubaté. O tema do debate foi a reforma agrária.

A preocupação constante de Goulart, refletida em

seus pronunciamentos, foi a de refutar os argumentos dos inimigos da reforma agrária e da emenda constitucional, além de enfatizar a disposição do governo que dirige de realizar as reformas.

Aos que dizem que pretendem mutilar ou liquidar o direito de propriedade, respondeu: "Se se puder elevar de 2 milhões para 10 milhões o número de proprietários de terras em nosso País, se alargará e estará muito mais defendido o direito de propriedade". Não tocar nas terras dos latifundiários e fazer a distribuição de terras devolutas que a grande maioria das terras devolutas se localiza em pontos por demais afastados dos grandes centros populacionais. E concluiu: "De modo que o apelo da reforma em terras devolutas não é o exercício de luta técnica senão, à rigor, a defesa do latifúndio, do mau uso da terra, o atraso social em áreas densamente povoadas, enriquecidas de disponibilidade de transporte e de energia".

Abordando outro tema, afirmou: "Dizem os que me acusam, que o debate da reforma agrária vem tumultuar, ainda mais a estrutura do campo. Sei que a reforma não poderá fazer milagres e que a emenda constitucional será, apenas, uma etapa, certamente a mais decisiva das etapas. Mas sei, também, que a promulgação de uma emenda, que permita a desapropriação de terras improdutivas, terá como reflexo imediato o estímulo a grande número de proprietários que, por interesses, procurarão cultivar suas glebas, fazendo-as produtivas e superando assim a ação do governo".

Procurou responder aqueles que o acusam de "revolucionário", de "radical": "Assim como tenho ouvido para ouvir os homens da indústria, do comércio e da agricultura, tenho também ouvido para ouvir a voz do povo. Já estamos escutando o tropel crescente das grandes reivindicações nacionais. E julgo também do meu elemento dever, como chefe da nação, antecipar-me nas soluções dos problemas que ameaçam dividir os brasileiros".

A estada do presidente em São Paulo e suas atividades aqui foram positivas no sentido de ampliar a frente dos que batalham pela efetivação das transformações exigidas pela Nação. Isso ficou patente pela fúria demonstrada por órgãos como o "Estado" e pelas posições de Adhemar.

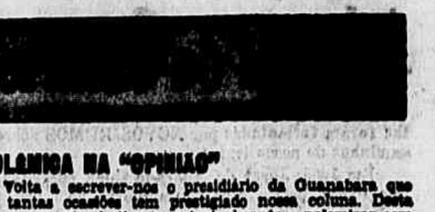
ADEMAR FUGIU
Tomando conhecimento da planejada "invasão" do Estado que governa, por parte de líderes da campanha pelas reformas de base, como os srs. Almino Afonso, Miguel Arraes e Jango, Adhemar fugiu para o Rio Grande do Sul, numa atitude que foi interpretada como de verdadeiro acinte ao

presidente da República. Inimigo jurado e comprovado da reforma, o ultrapassado político peessedista não quis aqui permanecer, defendendo os seus "ancigos pontos de vista. Emigrou para a capital gaúcha, ficando, de lá, a atrair partidários; declarou que sua visita ao Rio Grande do Sul se enquadrava no seu programa de visitas a todas as unidades da Federação numa campanha de defesa dos ideais democráticos; ressaltou a importância da união nacional contra a violação constitucional, etc.

Enfim pregou a estruturação de uma frente única de caráter reacionário para impedir as reformas progressistas que o País reclama e necessita.

"Mascoço que muito meze, quer chumbo" — diz o povo. Dos trabalhadores e do povo, Adhemar vem recebendo uma dose razoável e Jango não deixou de dar também a sua carga. Falando a imprensa local, Goulart declarou: "Intelectualmente, neste mesmo Estado, que muito tem cooperado com meu governo, existe um homem público, que em nome da paz social, da tranquilidade da Nação, tudo faz para contribuir a vida do país". E rematou: "Não sei se preciso dizer o nome desse homem".

UEE VOLANTE EM PIRACICABA
Coube a Piracicaba receber a visita da "UEE volante", nos dias 25 e 26 de maio. Expressiva comitiva dirigida por José Serra, presidente da entidade máxima dos universitários paulistas, dirigiu-se àquela cidade, objetivando a organização da "Frente de Mobilização Popular" e a melhor estruturação do movimento estudantil local. Na sede do "Centro Acadêmico Luiz de Queiroz", da Faculdade de Agronomia, foram efetuadas reuniões no sábado e no domingo, com a presença de cerca de 300 pessoas em cada uma das assembleias. O tema das reformas de base e a campanha para constituir-se o centro dos debates. Ao fim, foi formada a Comissão de Organização da "Frente de Mobilização Popular" de Piracicaba, integrada por estudantes, trabalhadores e líderes políticos da região. O Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação deram sua adesão e participaram ativamente dos trabalhos, assim como alunos das faculdades locais: de Agronomia, de Odontologia e a de Serviço Social. Foram formadas comissões de estudantes para estudos de assuntos nacionais, da reforma do ensino, alfabetização e cultura popular. O CPC da UEE, além de números variados, levou à cena a peça "Auto dos 999". Com o trabalho realizado pelos líderes estudantis nesses dois dias, Piracicaba integrou-se definitivamente na grande campanha pelas reformas de base.



POLÊMICA NA "OPINIÃO"

Volta a escrever-nos o presidente da Guanabara que em tantas ocasiões tem prestigiado nossa coluna. Desta feita, sua carta destina-se principalmente a polemizar com outro leitor que nos escreveu, José André Borges, que levou comentários a respeito da união orgânica dos trabalhadores brasileiros para suas lutas reivindicatórias, nada precisando aconselhar, de vez que estes sabem perfeitamente como orientar-se e agir, o presidente recomenda "aos camaradas socialistas que leiam e estudem Marx, Engels e Lênin".

A carta é encerrada nos seguintes termos: "Tem sido jubilosamente que observo a difusão de nossos pensamentos através de NOVOS RUMOS. "Aqui nos encontramos atentos, vigilantes em prol da luta pela emancipação das massas. Este que aqui escreve sente na carne as agruras da vida".

"A REALIDADE BRASILEIRA"
Com o título acima, escreve de Itapajé (CE), o leitor José Maria Barbosa Lima, um artigo que, por carência de espaço, não podemos publicar na íntegra.

O chamado Plano Trienal nada resolverá. O preço dos gêneros de primeira necessidade eleva-se à estratosfera. A atual crise inflacionária brasileira, por exemplo, é um fato incontestável e que vem abalando toda a estrutura econômica e social de nossa Pátria, sempre explorada pelos capitais estrangeiros. De resto, as reformas de base, tão necessárias na presente conjuntura da vida nacional, não têm passado do ângulo das cogitações. Acreditamos, contudo, no êxito dessas reformas, notadamente na modificação radical de nosso sistema agrário, a tão decantada Reforma Agrária, que terá de vir, na lei ou na marra", diz José Maria Barbosa Lima.

GOVERNO E DO POVO?
Usando como epígrafe o Art. 1.º da Constituição Federal, que diz: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido", J. Costa Lala escreve-nos de Niterói, procurando mostrar que o preceito constitucional não é obedecido pelos governantes.

"Se fosse governo do povo — assegura o leitor — não mais existiriam as filas do povo em busca do leite para suas crianças. Porque o governo já teria ocupado pelas forças militares as fazendas produtoras do leite".

Depois de indicar como seria realizada tal intervenção, o missivista conclui: "E, em vez dos altos preços, artificiais, provocados pelos especuladores, o leite seria entregue, por seus órgãos específicos de consumo e por preço acessível".

Além dessa opinião, J. Costa Lala indaga por que NOVOS RUMOS não publica anúncios. É fácil responder. Como o leitor não deve ignorar, as agências de publicidade (que são as empresas que distribuem a imprensa os anúncios das diversas firmas e produtos) estão, com raríssimas exceções, sob controle direto de companhias norte-americanas. Eis aí a razão.

APLAUSOS DE DULCE
Dulce Rodrigues Perreira, da Guanabara, escreve-nos uma cartinha muito gentil, agradecendo a publicação de uma opinião que nos enviou. Nada há a agradecer. A seção é sua e de todos os leitores.

Com sinceros aplausos, a leitora deseja felicidades "a essas grandes figuras femininas que farão parte deste Congresso".

"CARTA-ABERTA A UM HERÓI"
"Subtente Gelei, herói moderno, simples, puro e eterno como o sol que desponta na manhã, não o conheço mas me envidço, pois ouvi e senti seu brado de Titan".

Com êsses versos o leitor Ricarte Sarandy, de Brasília, inicia longo poema louvando a atitude dos estudantes em defesa das reivindicações do povo brasileiro.

O pouco espaço impede-nos de publicar a íntegra do poema, que compara os heróis de hoje a Tiradentes. Em notinha que acompanha seus versos, o poeta envia "abraços de toda a turma de Brasília que aprecia e muito o nosso grande NOVOS RUMOS".

PARABENS A NIEMEYER
Nos costas do recibo do DET José Lima da Silva, João Batista Guimarães, Clovis Avellino, Ney Corrêa, João Nepomuceno, Auto Rodrigues, Antônio e Paula, transcrevem o telegrama que, de Rio Bonito (RJ), enviaram a Oscar Niemeyer:

"Partidários da Paz ribonitenses felicitam-lhe concessão Prêmio Lênin".

IBAD NO CEARÁ
Fernando Maciel, de Fortaleza, conta-nos que há muito esperava a oportunidade de poder escrever-nos, "na esperança de ver publicadas na coluna "Opinião do Leitor" algumas informações".

As ordens. Depois de tecer alguns elogios a NR, elogios que também tem ouvido de conhecidos, o leitor fala sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática em sua terra, dizendo, entre outras, o seguinte:

"Aqui no Ceará atua à sôita, já que foi o sustentáculo do imundo cambalacho que elegeu o ultra-empreguista Virgílio Távora. Atua nas Universidades, onde congrega os elementos reacionários formando um único partido na faculdade para combater os estudantes esclarecidos, pondo em ação o imundo anticomunismo, atua nos sindicatos operários, onde, por meio da fraude, tenta entregá-los aos elementos mais reacionários, atua nas entidades estudantis secundárias, no mesmo jogo sórdido que realiza nas faculdades, atua na imprensa, onde comanda diariamente as principais manchetes, tentando fazer crer que o governador Atrás subverte a massa pobre, levando-a à revolução, tentando fazer crer que Lacerda é o líder da democracia", e uma série de outras atividades.

E o leitor fala ainda sobre a origem do dinheiro gasto na corrupção pelo IBAD, dinheiro cuja origem ninguém conhece direito, embora todos desconhem de onde vem.

OPERÁRIO ESCRIBE
Joel da Hora Barros, operário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, escreve-nos de Nilópolis carinhoso e longa carta. Elogiando nosso trabalho, mostrando as diferenças fundamentais existentes entre NR e os chamados "grandes" jornais, cumprimenta-nos por ser o único dos que conhece, que defende consequentemente os direitos e reivindicações dos trabalhadores.

Diz mesmo que a leitura de nosso jornal incentivou-o a dedicar parte de seu tempo à difícil tarefa de escrever um livro sobre as dificuldades que o povo brasileiro atravessa no momento atual.

Desejamos todo êxito em sua missão. Lastima o leitor que suas posses não permitam a compra de bons livros em grande quantidade, problema que sentiu agudamente ao percorrer a Feira do Livro na Cinelândia. Ainda sobre a Feira, elogio bastante a barraca da Editorial Vitória, pelos livros que contém e pela grande afiliação de público.

DIA DAS MÃES
O "Dia das Mães" suscitou em Mário Pacheco, leitor de Recife, uma sensível composição em que recorda, o relevante papel que lhe coube em tudo aquilo que é, hoje, é. Transcrevemos um trecho que diz: "Lembra-te que foste tu que me ensinaste a admirar a beleza do conteúdo das coisas, a dar mais valor à beleza interna do que à ilusória beleza exterior, a ouvir com a mesma atenção a um orador frívolo, inteligente e culto e a um lavrador pouco instruído que se viu na contingência de trocar o conforto e o prazer de um banco escolar, por uma picareta ou uma enxada e a admirar a ambos, um pela cultura e o outro pelo sacrifício, pela sua força de vontade, pela sua sinceridade".

Bagé (RS): Instalada a Frente de Mobilização Popular

BAGÉ, RS (Do correspondente) — Apesar do mau tempo reinante em Bagé (RS) na noite de 13 de maio, grande massa popular ocorreu no auditório da Rádio Cultura, superlotando suas dependências, para a instalação solene da Frente de Mobilização Popular Pró Reformas no município.

A Frente ficou presidida pelo professor Oldivaldo Hipólito, do PTB, secretário de Economia do Estado no governo Brizola, cabendo a vice-presidência ao dr. Paulo Passos, dirigente local do Partido Republicano. Também fazem parte da direção do movimento, entre outros, o deputado Justino Quintana, secretário de Educação de Brizola e atual líder do PTB na Assembléia Estadual, João Abers, secretário da Associação dos Agricultores Sem-Terra, professora Ligia Almeida, o operário Bernardino Trindade de Almeida, presidente do Comando Sindical de Bagé, e os vereadores pebedistas Wilson Tavares e Luiz Maria Ferraz.

Forma-se em Bagé uma ampla frente popular em defesa das reformas de base, com as organizações sindicais, estudantis e populares, e com representantes de importantes correntes políticas, como trabalhistas, republicanos, socialistas e comunistas.

A Frente tem intensa programação, destacando-se a realização diária de comícios-relâmpago nas vilas da cidade, a fim de divulgar entre os moradores a necessidade das reformas e organizá-las em comitês de bairro e fazê-los participar ativamente da campanha.

Na foto vemos quando falava o deputado Justino Quintana no ato de instalação da FMP.

REALIZADO EM TERESINA (PI) O I ENCONTRO DOS CAMPONESES

TERESINA, PI (Do correspondente Rihamar Lopes) — Realizou-se nos dias 11 e 12 de maio, em Teresina, o Primeiro Encontro dos Camponezes do Piauí, iniciativa das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Amarante.

O Encontro foi bastante concorrido, contando com representações das referidas entidades camponesas, de sindicatos, de estudantes e parlamentares, tendo sido escolhido para a direção dos trabalhos plenários do mesmo o deputado Deusedith Mendes Ribeiro, o vereador Jesualdo Cavalcanti e este correspondente, participando, ainda, de uma de suas sessões o deputado Celso Barros Coelho, que se solidarizou com essa promoção dos camponeses piauienses.

Durante o Encontro, além de outros assuntos debatidos foram discutidos e aprovados os Estatutos de constituição da União dos Camponezes do Piauí, que foi fundada e teve eleito, a sua primeira diretoria na oportunidade. Essa entidade funcionará como uma espécie de federação do movimento camponês no Estado.

O plenário aprovou, ainda, por unanimidade, o envio de uma moção de protesto veemente ao ministro da Guerra, face à prisão do padre Alípio de Freitas. Outra moção foi aprovada, de reconhecimento ao deputado federal Chagas Rodrigues, pelo fato de, quando governador do Estado, no quadriênio recém-fimido, ha-

Uma oferta excepcional do PPS

Este anúncio é particularmente dirigido a você, prezado leitor. Como você sabe, nenhuma publicação faz milagres com os preços atuais do papel e serviços gráficos. Mas PPS pode-lhe fazer uma oferta excepcional: uma assinatura por apenas Cr\$ 750,00. Você receberá desde o número de janeiro de 1963. Dirija o seu pedido para rua da Assembléia, 34, sala 304, Rio (GB). Valores em nome de H. Cordeiro.



Grande festa em Camocim (CE): 1º de Maio

CAMOCIM, CE (Do correspondente) — Grandes festejos assinalaram a passagem do 1.º de Maio neste município, cuja cidade cedo amanheceu engalanada, com a população sendo despertada por uma salva de fogos de artifício promovida pelos colégios, grupo escolar e Tiro de Guerra 250.

As 9 horas realizou-se a já tradicional "Passeata do Milho", em homenagem aos trabalhadores do campo, com a participação de enorme massa popular.

As comemorações da Data Magna dos Trabalhadores no município tiveram seu ponto alto no comício iniciado às 14 horas, depois da passeata-monstro organizada pelo Sindicato dos Salteiros, Sindicato dos Estivadores, dos Marinheiros, dos Portuários e da Construção Civil, Associação dos Retalhistas, Sociedade dos Pequenos Agricultores, Sociedade Beneficente dos Ferroviários, União dos Pescadores do Ceará (Núcleo de Camocim) e Colônia de Pescadores Z-2. Partindo da sede dos salteiros e percorrendo as sedes de todas as entidades acima, o desfile chegou ao palanque oficial armado na Praça 15 de Novembro, onde se realizou o comício.

Participaram do comício, entre outros, o prefeito Municipal João Batista Aguiar, Olímpio Rodrigues Moreira, presidente dos salteiros, Raimundo Ferreira de Albuquerque, dos agricultores, Luiz Damiano de Oliveira, dos portuários, José Bastião, marítimo, Pedro Teixeira de Oliveira, construtor civil, Raimundo Nonato Araújo, ferroviário, João Ricardo da Silva, secretário dos agricultores, Francisco das Chagas Teixeira, vice-presidente dos agricultores, Joaquim Paulo da Silva, tesoureiro dos Estivadores, Francisco de Castro, da construção civil, o estudante Francisco Souza Filho e o padre Luiz de Melo.

A solenidade foi encerrada com o discurso do prefeito, que colaborou com os trabalhadores, comparando às festivas e cedendo a Banda de Música, material para festas e cartazes, fogos de artifício, palanque e serviço de iluminação.

Na foto um aspecto do palanque.

Governador de Alagoas Investe Contra Estudantes e Trabalhadores

O Estado de Alagoas está conturbado pelos desmandos do governador Luiz Cavalcanti, tendo como instrumento seu secretário de Segurança, o coronel João Mendes de Mendonça, desmandos que se configuram na perseguição aos trabalhadores que procuram organizar-se para a luta por suas reivindicações.

Dia 16 de maio foi o estopim das perturbações, quando um bando de policiais invadiu o Sindicato dos Têxteis do distrito de Saúde, dissolvendo violentamente uma reunião de camponeses que procuravam fundar seu sindicato rural.

Encontravam-se na sede sindical vários elementos da capital, estudantes e líderes sindicais, que, melhor conhecedores de como formar a entidade, ajudavam os lavradores a fazê-lo. O ódio policial voltou-se principalmente contra os operários e estudantes presentes, de vez que, não contentes com a dissolução do encontro, os balaústas prenderam seis jovens estudantes: Fernando Andrade,

Rholiner Cavalcanti, Vladimir Ferrari, Clístenes Miranda, Cervantes Alves, que é também bancário, e Dalmo Lins, que trabalha como portuário.

A CAUSA
A diretoria do Sindicato dos Bancários, solidarizando-se com o colega preso, que é tesoureiro do Sindicato, dirigiu-se ao gabinete do Secretário de Segurança, depois de haver estado no Palácio do Governo para falar com o chefe do executivo, o que não conseguiu, sendo mesmo convidada a retirar-se.

Ao conseguir contato com o secretário, os membros da diretoria sindical foram informados de que as prisões resultaram dos discursos feitos em Saúde com críticas ao IBAD e a alguns filmes norte-americanos, o que permite perceber a que interesses está subordinado o governo alagoano.

REAÇÃO
De todos os setores da população imediatamente verificou-se a reação à arbitrariedade do governador, surgindo protestos de inúmeras entidades sindicais, populares e estudantis, todas as concordando em exigir o pronto afastamento do secretário de Segurança.

Um dos pontos altos dessas manifestações foi o comício realizado, apesar da série de sabotagens, dia 20 na praça Deodoro da Fonseca. Havia os universitários, programado uma apresentação da UNE volante no local, tendo inclusive contratado um ônibus para trazer os jovens da UNE do aeroporto à praça. A última hora, porém, as autoridades do trânsito resolveram comunicar aos estudantes que a cessão de ônibus de qualquer empresa era ilegal.

Apesar disso, os jovens chegaram ao local da apresentação, quando nova sabotagem se evidenciou, com o corte da energia elétrica, ficando a praça às escuras e os alto-falantes mudos. A reunião transformou-se então em grandiosa manifestação contra as ilegais atitudes das autoridades, com os jovens falando à plena força dos pulmões e a luz de velas.

MANIFESTO
Subscrito por 23 organizações sindicais e estudantis, encabeçadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores de Alagoas, foi lançado importante manifesto conjunto, historiando as inúmeras arbitrariedades já cometidas pelo secretário de Segurança e exigindo sua imediata demissão e a libertação dos

jovens presos. Diz o documento que, sem isso, "jamais poderá haver entendimento entre as classes trabalhadoras e estudantis com o senhor governador do Estado".

A luta continua, com a ameaça de montagem de um processo contra os presos, e a reação mais forte do povo contra as violências que se vêm cometendo no Estado.

"A MULHER E AS REFORMAS DE BASE"
Quarta-feira, dia 28 de maio, realizou-se na ABI, promovido pela Liga Feminina da Guanabara, pelos departamentos femininos dos sindicatos de trabalhadores e pelas senhoras de parlamentares nacionalistas, um ato público em favor das reformas de base. A reunião, à qual compareceram centenas de mulheres, foi presidida pela deputada Edna de Lott. O ministro Almino Afonso esteve presente, como convidado especial. Foram oradoras: Elza Soares Ribeiro, pela Liga Feminina; Neuzi Vieira pelas mulheres trabalhadoras; Olga Regina Sodré, em nome das universitárias; Alaida Perreira Nunes, pelo Movimento Feminino Nacionalista de Brasília; Maria Segóvia pela mulher trabalhadora; e Ana Pio Autran.

Ficou acertada a constituição de uma Comissão Provisória do Movimento de Mobilização da Mulher na luta pelas reformas de base.

Reforma ou Negociata Agrária?

Joseph Berender

O forte agravamento das condições agrárias visto dar à luz de classes e à tensão social no Brasil ampliam a profundidade como não tiveram em outra época. A massa trabalhadora mais numerosa do país, dotada de intenso potencial revolucionário — a massa camponesa — começou a ser mobilizada e organizada com caráter duradouro, em torno de objetivos radicais, que dizem respeito à transformação da estrutura econômico-social, colocando em causa, no terreno político e jurídico, a instituição fundamental da propriedade. A questão do monopólio da terra e de sua liquidação se tornou diretamente sensível também às massas trabalhadoras e populares das cidades, e adquiriram consciência de que o seu próprio nível de vida e o futuro nacional se encontram na dependência da solução das contradições agrárias. Uma aliança vai se formando entre os operários e setores da pequena burguesia urbana com as camponesas. A aliança operário-camponesa, sustentáculo principal da frente única nacionalista e democrática, deixa de ser mera invocação da propaganda e se converte em tarefa concreta imediata e decisiva para os homens de vanguarda. Não há dúvida que estes fenômenos, compreendidos em sua tendência de acelerado crescimento, representam fato altamente favorável ao processo revolucionário brasileiro. Isto é visível sobretudo na perspectiva que o movimento anticolonialista dispõe de amplas e reforçar sua base popular, através da incorporação das massas camponesas conscientes e combativas.

Seria ingênuo, todavia, supor que fato social de tanta magnitude pudesse deixar de provocar deslocamentos nas posições das classes dominantes e do próprio imperialismo norte-americano. O mais significativo neste particular reside, precisamente em que o polo ou a oposição à reforma agrária deixou de ser a única linha divisória. Os setores, que se opõem com total intransigência a qualquer reforma agrária, são hoje francamente minoritários, incluindo a parte mais atrasada e estática da sociedade brasileira — os latifundiários de tipo semi feudal acentuado. Nos quadros das classes dominantes, a maioria opta, agora, de uma maneira ou de outra, a favor da reforma agrária. Nessas condições, nova linha divisória, mais importante do que a anterior, passou a ser a do próprio conteúdo da reforma agrária que se pretende, a da espécie de reforma agrária que cada força social objetiva.

Parte considerável dos latifundiários, sobretudo os do tipo aburguesado, se deslocam — com grande cautela — para a aceitação de uma espécie de reforma agrária que os salve como classe e lhes seja ainda o negócio vantajoso. Os círculos dirigentes do imperialismo norte-americano, depois da lição recebida com a Revolução Cubana, se tornaram pregoeiros da reforma agrária na América La-

ta, fazendo constar entre as exigências da Carta da "Aliança para o Progresso", aprovada em Punta del Este. Com o propósito de assegurar o clima de "estabilidade" político-social adequado à garantia dos seus investimentos, o imperialismo norte-americano pressiona no sentido de uma reforma agrária promovida por cima pelas próprias classes dominantes a fim de aplicar, momentaneamente ao menos, o descontentamento dos camponeses e desvios do caminho revolucionário. A burguesia nacional, por sua vez, possui interesse objetivo na reforma agrária, indispensável para criar o mercado interno exigido pelas necessidades de expansão da indústria nacional. Movida, entretanto, por sua condição de classe exploradora, zelosa do "sagrado direito" de propriedade, e seguindo a sua tendência a conciliar com o imperialismo e o latifúndio, a burguesia nacional deseja uma reforma agrária muito limitada, o suficiente apenas para evitar a radicalização do movimento camponês e "dar maior elasticidade às estruturas", como se expressa o sr. Celso Furtado, referindo-se às estruturas atuais.

Para as forças populares e, em especial, para as forças revolucionárias conscientes, é urgente, portanto, adquirir clareza a respeito dessas variadas posições, diante das quais precisa ser formulado, nos seus aspectos concretos, o programa de uma reforma agrária radical, que se realize em benefício dos camponeses, com a liquidação completa do latifúndio e a transformação de baixo para cima da estrutura econômico-social.

Abordaremos, a seguir, os pontos mais importantes de dois projetos ora em foco no Congresso: o projeto Milton Campos e o da presidência da República. O primeiro foi elaborado por uma comissão designada pelo então presidente Jânio Quadros, tendo recebido a assinatura, entre outros, da qual senador udenista, de Helder Câmara, do sr. Edgar Teixeira Leite, representante da Confederação Rural Brasileira, e do economista Inácio Rangel. Após a renúncia do sr. Jânio Quadros, o senador Milton Campos apresentou o projeto, em seu nome, ao Senado, que já o aprovou, encontrando-se agora na Câmara dos Deputados. Após a sua conversão de Curitiba, a lei se manifestou contra a ideia de modificação constitucional, a UDN se pronunciou a favor da aprovação desse projeto em regime de urgência. O projeto Milton Campos tem, hoje, assim, o apoio dos setores ultra-reacionários, sendo, em geral, aceitável para o latifúndio mais retrógrado. O segundo projeto acima mencionado foi encaminhado ao Congresso juntamente com o ofício do sr. João Goulart aos presidentes do Senado e da Câmara, definindo a posição do Governo da União a respeito da reforma agrária. O projeto do sr. João Goulart implica modificação constitucional e expressa, de modo bastante característico, a posição dos mais influentes setores burgueses ne-

ta economia. Recomendando certos dispositivos do projeto presidencial, os círculos dirigentes do PSD buscam as formas de encaminhamento que possam ser aceitas pelo governo e pelas bases latifundiárias do partido majoritário.

As linhas principais de uma reforma agrária radical foram apresentadas na Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte, novembro de 1961) e na Declaração dos comunistas sobre as Reformas de Base (NOVOS RUMOS, 1.º de maio de 1963). Cotejaremos as posições essenciais contidas nestes documentos com as dos projetos encaminhados ao Parlamento.

O ponto nevrálgico de todos os projetos diz respeito às desapropriações, ao seu mecanismo e amplitude, aos critérios de indenização e avaliação, objeto das desapropriações, etc.

A Constituição de 1946 responde a isto com o parágrafo 15 do artigo 141, que dispõe: "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro".

Semelhante critério de indenização — considerado inaceitável pela físi-floza da reação, desde o bispo Sigaud ao deputado Balestro — é único nas constituições brasileiras do período republicano. A Constituição de 1891 (parágrafo 17, artigo 72) estabeleceu, em caso de desapropriação, a "indenização prévia", sem obrigar o Estado ao pagamento em dinheiro. A Constituição de 1934 (parágrafo 17, artigo 113) refere-se a "prévia e justa indenização". A Carta de 1937, imposta por um golpe de Estado, volta à formação de "indenização prévia" (parágrafo 14, artigo 122). A Constituição de 1946, como vimos, não se contentou em que a indenização fosse prévia, mas exigiu também que fosse feita e em dinheiro. Onde se conclui que, embora retila, sob certos aspectos, o ascenso democrático da época em que foi elaborada, a Constituição de 1946, no que se refere à questão essencial do direito de propriedade, é a mais reacionária de nossa história republicana.

O projeto Milton Campos se baseia no critério constitucional de desapropriação. Interpretando o que deve ser a indenização justa (além de prévia, e em dinheiro), dispõe, no seu artigo 15, que é aquela "baseada na média entre o valor médio unitário das avaliações do poder público e o dos atos relativos a terras de localização e características comparáveis, constantes dos registros públicos, na mesma zona, no penúltimo ano anterior ao decreto de desapropriação".

É óbvio que este critério de avaliação, em que se tira a média entre a avaliação do poder público (que pode ser sumamente elástica) e o chamado valor venal, permitirá fazer da desapropriação excelente negócio para o latifundiário. Por outro lado, como as terras serão vendidas aos camponeses pelo preço da desapropriação, acrescido das despesas realizadas, nada que a prazo (parágrafo 1.º artigo 15), resultará que somente os camponeses ricos terão acesso a elas.

Sem entrar em outros detalhes, basta o que foi dito para caracterizar o projeto Milton Campos como órgão de matéria de reforma agrária. Ponto de vista idêntico ad esse projeto "adotado não só pela UDN (exclusiva) chamada "bossa nova" como pelo PSP e por uma parte do PSD, cuja bandeira mineira já se pronunciou oficialmente contra a modificação da Constituição.

Na mesma linha se encontra o projeto senador Juscelino Kubitschek, segundo o qual a reforma agrária no Brasil simplesmente não exigirá desapropriações, pois bastaria colonizar as áreas desovoadas (Jornal do Brasil, 19 de maio de 1963). Falando como candidato à presidência da República, prometeu construir 100 novas cidades na região amazônica e adjacências, em torno das quais se estabeleceriam as pobres vítimas órfãs do latifúndio, que multiplicaria por muitas vezes o histórico esbanjamento do dinheiro público em Brasília.

O projeto do sr. João Goulart (artigo 12) propõe um critério de desapropriação que implica modificação constitucional: o pagamento em títulos da União, resgatáveis em vinte anos, vencendo juros anuais de 6%, com direito a valorização nominal em função da inflação, limitada ao máximo de 10%.

Abstraindo da questão da avaliação das terras desapropriadas, que examinaremos depois, não há dúvida que este critério de indenização é o mais justo, com exclusão, porém, da cláusula de valorização nominal dos títulos, mesmo limitada a 10%. É injustificável, com efeito, quando se trata de desapropriação por interesse social, atribuir a títulos públicos um privilégio que não é conferido ao papel-moeda com que os assalariados são pagos pelo seu trabalho.

A emenda constitucional do PTB, calçada no projeto da presidência da República, foi rejeitada, como se sabe, pela maioria da comissão especial da Câmara dos Deputados. Os representantes passadistas, que afirmam aceitar a modificação constitucional, consideram insuficiente a limitação de 10% para a valorização dos títulos públicos, em função da inflação. Retivê-los em mãos os líderes do PSD, como se manifestou o sr. Martins Rodrigues, que a valorização correspondesse integralmente à taxa de inflação. Assim, por exemplo, no ano em que o nível de preços tivesse subido em 50%, os títulos públicos entregues aos senhores latifundiários deveriam ser nominalmente valorizados também em 50%. A desapropriação, dita por interesse social, se converteria, dessa maneira, numa bela negociata agrária, da qual os latifundiários iriam sair os maiores beneficiados, ficando o ónus com a nação.

Como semelhante posição é por demais escandalosa e sentido o mesmo crescimento do movimento pela reforma agrária, os líderes do PSD promovem, agora, consultas em torno de uma

emenda constitucional, que propõe a valorização nominal dos títulos correspondente à metade da eventual desvalorização da moeda. Se esta tiver sido de 50%, a valorização dos títulos seria, pois, de 25%. Isto tampouco deixaria de encerrar bom negócio para os latifundiários, sobretudo se contarem com uma avaliação das desapropriações favorável aos seus interesses, como está nos cálculos do PSD, cuja última proposta da emenda constitucional, tão minuciosa sob outros aspectos, é astuciosamente vaga a respeito do critério de avaliação, apenas se definindo quanto à obrigação de "prévia e justa indenização em títulos da dívida pública".

Cabe, outrossim, mencionar a solução apresentada pelo PDC, a qual, além de conciliadora, se caracteriza pela excessiva complicação. Consistiria essa solução em que os títulos públicos, oferecidos como indenização, teriam seu valor nominal aumentado em função da inflação, numa proporcão que vai de 100% para as desapropriações avaliadas em 100 salários mínimos até 10% para as desapropriações superiores a 5.000 salários mínimos.

Diante de todas essas propostas e contrapropostas cumpre alertar a opinião pública para a necessária vigilância em relação à reivindicação de emenda constitucional a fim de realizar a reforma agrária radical não podem apolar, indiferentemente, esta ou aquela emenda constitucional. Há emendas que são muito piores do que o soneto.

Do ponto de vista de uma reforma agrária radical, a indenização justa seria aquela feita em títulos da dívida pública, resgatáveis num prazo mínimo de 20 anos, com juros anuais máximos de 6%, sem qualquer cláusula de valorização nominal. Somente a emenda constitucional, que consubstancia tal critério, torna-se merecedora de aceitação, porque permitirá realizar desapropriações em larga escala, como o exige uma verdadeira reforma agrária, sem gravar demasiadamente o erário público e, portanto, sem criar novo foco inflacionário, cujos efeitos teriam de ser suportados pelas grandes massas da população.

A questão da indenização se vincula à da avaliação das terras desapropriadas, o que examinaremos, juntamente com outros problemas, no artigo a seguir.

Uma vítima em cada esquina

Não precisamos reafirmar que estamos vivendo um momento doloroso nesta cidade. Há uma vítima em cada esquina, ou melhor, um assassinato em cada rua. Mata-se com uma impunidade espantosa, tanto mais quanto o governador — e sua "clique" — se proclama católico, apostólico e romano e que o catolicismo pelo menos manda não matar. Assim dizem. Agora é esse jornalista italiano, um menino ainda, sem maiores culpas do que ser um jovem pobre, modesto, vivendo sua vida como vivem os jovens entre o trabalho e um baile, um bater de papo com amigos, um namorinho aqui e outro ali.

A polícia matou-o. O investigador declarou que sua metralhadora só e a louco quando não mata linha baía. Declaração que foi feita com tanta calma que parece a metralhadora não mandava balas mas rosas ou doces. Espantoso. Dizem os jornalistas que a polícia está vivamente empenhada em transformar o rapaz e seus amigos em maconeiros, assassinos, etc. e que foram mandados tirar para o morro onde moram os amigos do assassinado para "néles descobrir erros". Uma dessas histórias que custam a entrar na cabeça de pessoas sérias. Como pode? Que mal fez aquele rapaz ou os rapazes para serem atacados assim?

Naturalmente sabemos que o governador declarou que a ordem "é matar", mas jamais pensaríamos — pelo menos

eu não pensava — que o matar englobaria qualquer pessoa a qualquer hora, assassinos ou não, criminosos ou não. Aliás, desde quando a polícia tem o direito de matar mesmo os que estão fora da lei? Há ou não há pena de morte no Brasil? Se há, o que fazem os tribunais? Os senhores juizes, e as chamadas leis? Um jovem foi assassinado pela polícia; outros jovens como Odilo Costa Neto foram assassinados por assassinos. Há alguma diferença? A morte do primeiro é mais "legal" que a dos outros?

Falei em pessoas sérias, mas elas somos nós, os que amamos a vida e queremos vivê-la com a dignidade de homens. Para ser dignos, e porque amamos a vida, lutamos por dias melhores, por melhores condições humanas, lutamos pela paz e pelos nossos direitos. Pode a polícia ter elementos, não? Não creio. Pelo menos nunca vi. Já soube até hoje que ela fosse composta de gente boa, capaz de raciocinar e de inclusive considerar a vida humana com respeito.

A polícia acaba de matar um menino cuja única culpa era ser modesto e jovem. E agora, o que fazer? Uma pedra em cima, uma família chorando e desaparecido. Outros jovens também serão mortos pela polícia. A ordem é matar. Há uma vítima em cada esquina, um assassinato de metralhadora em cada rua. Lágrimas resolvassem, devíamos abster. Protestemos.

Gordon: Petulante Intervenção em Nossos Assuntos Internos

Está provocando nova onda de justos protestos o discurso proferido pelo embaixador dos Estados Unidos, mister Lincoln Gordon, na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo. A insolente sencermonia com que o representante do governo norte-americano interveio em nossos assuntos internos está dando lugar a que se redobre a indignação popular já antes feita no sr. João Goulart, inclusive da tribuna da Câmara dos Deputados, de ser mister Gordon declarado "persona non grata" em nosso País.

MISTIFICADOR

O embaixador lanque atirou no rosto, desde que chegou ao Brasil, a máscara de economista. E em todos os seus discursos costuma alegar essa condição. A verdade, porém, é que a ciência econômica de Gordon não vai além de algumas citações vulgares, tipo "Seleções", e de uma primária manipulação de dados estatísticos. É, em suma, um primário e um mistificador.

O discurso feito na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo, é um exemplo dessa mistificação. Procura Gordon convencer os brasileiros de que a espolição imperialista que sentimos em nossa própria carne não é espolição, mas benefício prestado ao Brasil. Chega ao cúmulo do cinismo de afirmar, referindo-se à empresa imperialista, que "o preço que ela está recebendo com a remessa de lucros, royalties" e taxas de serviços técnicos é, com efeito, pequeno em relação aos benefícios para o progresso brasileiro". Quer cobrir o sol com a peneira, utilizando-se de dados "trabalhados" por conhecidos entreguistas como Mem de Sá e Daniel Faraco. O povo brasileiro, entretanto, prefere confiar nas revelações espantosas feitas, por exemplo, pelo presidente Getúlio Vargas em sua carta-testamento, onde afirma que os lucros das empresas estrangeiras chegam a 500% e mais.

E se é verdade que as remessas de lucros, como diz clinicamente o embaixador

Gordon, são de 3 e 4 por cento, por que ele próprio move e move uma campanha tão violenta e desrepeitada contra a lei que fixa o limite de 10% para a remessa de lucros? Por que os seus cúmplices no seio do governo brasileiro não se decidiram ainda a aplicar essa lei, preferindo desrespeitar o Poder Legislativo e a vontade do povo para atender às pressões de Washington?

Mencionou Gordon como uma prova das benemerências do capital estrangeiro a indústria automobilística. Outra farsa. A verdade é que a indústria de automóveis instalou-se no Brasil, dominada amplamente por grandes empresas japonesas, com o objetivo de evitar que os próprios brasileiros a construissem, a partir da Fábrica Nacional de Motores, e graças aos favores cambiais e tributários concedidos pelo governo Kubitschek, numa das mais escandalosas concessões antinacionais já feitas em nosso País. Basta lembrar que, em virtude de tais favores, a União deixou de arrecadar, num período de cinco anos, nada menos de 225 bilhões de cruzeiros, segundo afirmam os próprios técnicos do Governo.

INTROMISSÃO

Além de mistificar, pretendendo impor-nos sua economia de mala tija, o embaixador Lincoln Gordon interveio com um intrometido desbarbação em questões de nossa vida política, dando opiniões e traçando regras como se fosse um juiz supremo. Piaçando seu amigo San Tiago Dantas, o representante dos Estados Unidos passou a especular em torno do movimento nacionalista brasileiro, descobrindo a existência de um nacionalismo positivo e um nacionalismo negativo. Não é necessário esclarecer, naturalmente, que nacionalistas negativos para Gordon (do mesmo modo que esquerdistas negativos para San Tiago) são os patriotas que lutam pela libertação nacional, contra a espolição imperialista em nossa Pátria, contra infames negociatas

como a compra da Bond and Share e da Light. Por outro lado, nacionalistas positivos são os que, segundo ele, conduzem a emancipação econômica com simples medidas assistenciais internas (combate ao analfabetismo, à "má saúde", etc.), sem tocar nos privilégios dos trustes norte-americanos, lesivos aos interesses nacionais. São os que, portanto, se associam à espolição estrangeira ou os que se deixam embair pelos artificios da "Aliança para o Progresso", que não passa, como nós, confessa o próprio embaixador, de uma política destinada a criar facilidades ainda maiores para o capital estrangeiro imperialista.

FORA DO BRASIL!

Não é esta a primeira vez que o embaixador dos EUA interveio abertamente em nossos assuntos internos. A desventura é, mais do que isso, a insolência com que dissertou na Câmara Americana de Comércio paulista a respeito de nossa situação política. Não é a mesma de numerosas ocasiões anteriores, em que Gordon falou ou interveio praticamente em questões da soberania brasileira. Todos se recordam de sua petulância ao ser votado pelo Congresso a lei de remessa de lucros para o estrangeiro. Todos têm na lembrança as insolentes declarações por ele prestadas na Câmara dos Deputados de seu país a respeito de personalidades que integram o governo brasileiro. Todos conhecem os fatos relacionados com a atividade desenvolvida pela embaixada dos EUA, intervindo nos Estados e, assim, violando brutalmente a Constituição brasileira, a pretexto da distribuição de verbas da "Aliança para o Progresso".

Não é admissível que esse agente dos trustes lanques, mascarado de professor de Economia, continue impunemente a intervir em nossa soberania e, como se sabe, a conspirar contra os interesses do povo brasileiro. Para o nosso povo, para todos os verdadeiros patriotas brasileiros, Gordon de há muito é "persona non grata".

PSPs — PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO avisa a seus agentes no Interior de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Estado do Rio, que ainda não estavam recebendo a revista pelo Reembolso, que a partir do nº 4 suas quantidades lhes serão enviadas por esse meio e suspensas aquelas que foram devolvidas sem motivo justo. As cotas devem ser retiradas assim que lhes for entregue o aviso dos correios. Sobre o valor de cada remessa serão cobrados 20% dos atrasados.

NOVIDADE

EDIÇÕES DE MOSCOW — EM ESPANHOL

O ÚNICO CASINHO, de Dolores Ibaruri, a famosa "La Pastelería". Masvilhoso livro, com 296 páginas. Tardamento Ilustrado. Enc. ... Cr\$ 800,00

ARTE FOTOGRAFICA SOVIETICA. Album com 149 fotos, inclusive a cores. Inclui todas as variedades fundamentais da arte fotográfica soviética, feitas por mestres veteranos e jovens fotógrafos. Fotografias de valor histórico, documental e artístico. Livro encadernado. ... Cr\$ 2.500,00

INSTITUTO UNIFICADO DE INVESTIGACOES NUCLEARES, de V. Briukov e outros. História, estrutura e funcionamento deste centro científico internacional. Sua experiência, 198 pgs. Ilustr. ... Cr\$ 380,00

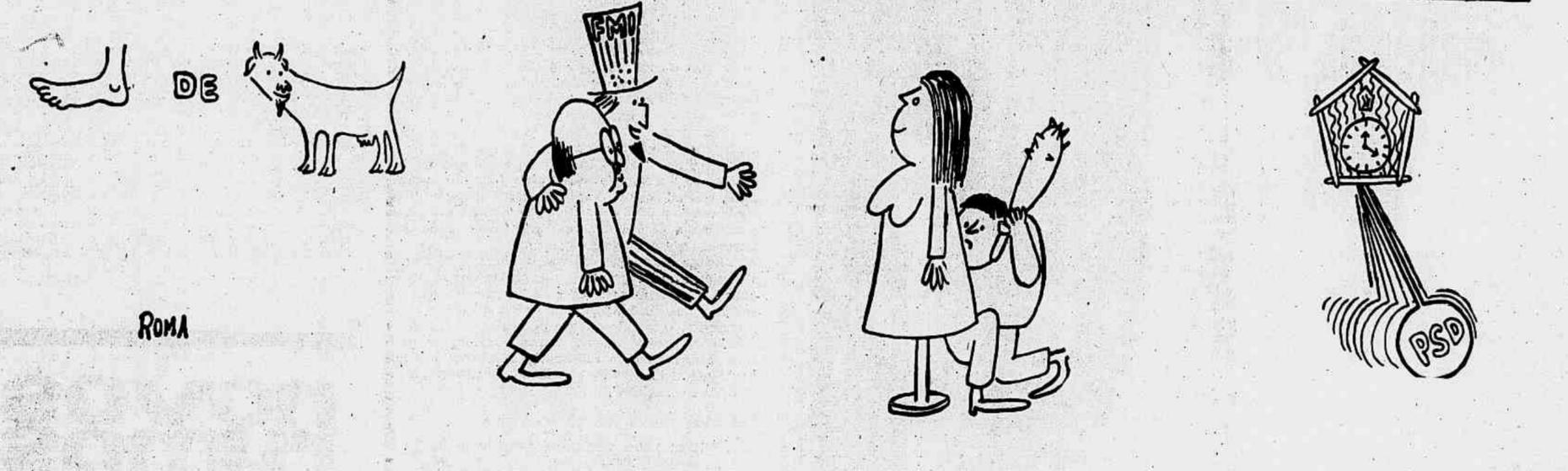
O PROGRESSO TECNICO NA URSS, com as últimas novidades. Ilustr. Br. ... Cr\$ 270,00

A ENERGIA DO ATOMO, de Gladkov. Tratado de física nuclear, maravilhosamente ilustrado, 380 pgs. Enc. ... Cr\$ 880,00

OBRAS ESCOLHIDAS, de Lênin. Belíssimo volume, 928 pgs. Enc. Vol. I ... Cr\$ 1.500,00

OBRAS ESCOLHIDAS, de Marx e Engels. Encadernação em percalina azul, 718 pgs. Enc. Vol. I Cr\$ 1.200,00

FEITOS A:
J. C. Amaral Guimarães — Agência Intercâmbio Cultural
Rua 15 de Novembro, 228 — 2.º andar — sala 209
SAO PAULO
Atendemos pelo Reembolso Postal



O Nordeste manda ao Sul e seu líder — o governador Miguel Arraes — para deixar perfeitamente claro que o movimento pelas reformas de base, verdadeiras e imediatas, abarca e empolga todo o País. Arraes trouxe a mensagem de inconformismo e de luta das populações nordestinas. Falou claro e duro, como costuma fazer, seja num comício de trabalhadores ou, na SUDENE, para ser ouvido pelo embaixador Lincoln Gordon. Disse que a reforma agrária — isto é, a supressão do latifúndio, antes de tudo — é uma exigência democrática que tem de ser atendida. Disse também que é nossa grande tarefa histórica libertar-nos da exploração imperialista. Disse mais que submeter-se ao medo de ser chamado de subversivo é aliar-se, quando o dever de cada patriota é ser "um homem da revolução brasileira". Disse ainda que só unidos, e lutando-nos com decisão à luta, conquistaremos a vitória sobre os inimigos do nosso povo.

Miguel Arraes esteve em São Paulo, Minas Gerais e Guanabara. Nos três Estados falou para grandes multidões, que aplaudiram com enorme entusiasmo as verdadeiras ditas pelo governador de Pernambuco.

Arraes: Reformas de Base e Libertação do País



partição dos lucros e dividendos dos capitais estrangeiros localizados no País. Isso nos obriga a todos, e ao povo de São Paulo especialmente, a meditar sobre a situação atual e sobre a luta, a lutar por um País novo e por uma grande União a duradoura prosperidade que não seja conseguida metódicamente planejada tanto apegos. Para isso, de governo, é necessário rejeitar como prometidamente falsas aquelas análises que se baseiam no confronto entre índices de São Paulo e índices de outros Estados, Pernambuco ou Bahia, por exemplo. Essas análises não podem concluir sem a riqueza de São Paulo e pela prosperidade de seu povo. Mas esta conclusão é um artifício, é a escamoteação de uma realidade de desenvolvimento do povo paulista. Os índices de São Paulo devem ser comparados com os de centros industriais e manufatureiros a nível semelhante. Sabemos então, como de resto já sabemos os que sentem e sofrem a realidade brasileira, que o operariado e a classe média de São Paulo, por exemplo, tem índices inferiores aos do operariado e da classe média de centros que lhe são industrialmente inferiores; que aqui se ganha menos e em moeda de menor poder aquisitivo; que a capacidade de consumo é reduzida e o nível de poupança, quando existe, é insuficiente; que há centenas de milhares de crianças sem escolas, que as possibilidades de formação profissional e técnica são consideravelmente inferiores às necessidades do Estado, e tantos outros índices muito ao gosto da economia de pura ilustração. O que acontece é que a riqueza acumulada nesse grande Estado não se distribui de modo correto e justo entre as diversas camadas de sua população, por isso que pertence, em grande parte, aos trusts e monopólios internacionais que nele se localizaram e lhe deram essa enganadora aparência de prosperidade. Esse capital monopolista não permite que se desenvolvam as potencialidades do Estado, rouba o produto do trabalho de milhões de paulistas e estrangeiros o desenvolvimento da economia brasileira.

Cita, então, exemplos de empresas estrangeiras que se criaram com capital nacional e hoje exportam enormes lucros para o exterior.

"Os que estudam esses problemas — continuou Arraes — conhecem muitos outros, e não ignoram o que vem sendo a exploração do capital estrangeiro monopolista em nosso País. Basta o simples exame de alguns dados, como já foi feito, por exemplo, com os dados publicados pela SUDENE em junho de 1949, sobre investimentos estrangeiros no Brasil. Em 12 anos, de 1947 a 1958, os investimentos registrados no Banco do Brasil somaram a quantia de 494 milhões de dólares. Esses 494 milhões de dólares permitiram, no mesmo período, um reinvestimento de ordem de 525 milhões de dólares e ainda remeteram de lucro para o exterior a importância de 508 milhões de dólares. Quer dizer: se pretendessem retornar, sair do Brasil, aqueles 494 milhões de dólares iniciais retornariam acrescidos dos 525 milhões de reinvestimentos, totalizando, desse modo, 1 bilhão e 13 milhões de dólares, sem contar os 508 milhões de lucros, que já estariam no exterior. Para dizer a verdade, nós, país subdesenvolvido, miserável e pobre, exportamos dólares, como efetivamente estamos exportando, à custa do sacrifício, da miséria e da fome do povo brasileiro."

Adiante: "O pior de tudo, porém, é que nossos prejuízos não se limitam a essa sangria financeira no produto do trabalho de milhões de brasileiros. Eles são ainda piores, muito mais graves, quando se faz o exame da ação e dos efeitos do imperialismo em nossa vida política, em nossa vida econômica, em nossa vida social. Alí então é que se manifesta, em sua plenitude incontestável, a contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro. Já sofremos, já toleramos demais, e se isso contribuiu para amadurecer o povo, é necessário, agora e não mais tarde, que estamos amadurecidos e por isso já não permitimos a exploração imperialista no País."

MISSÃO SAN TIAGO

Enumera o governador Arraes diversos exemplos, através de nossa história política, de intervenção do imperialismo. Por último, mencionou a Missão San Tiago: "A Missão obteve, apenas, uma reduzida parcela do dinheiro que pretendia; ainda assim, essa reduzida parcela não se destinou ao desenvolvimento do País, mas em sua maior parte, ao atendimento de interesses de companhias estrangeiras localizadas no Brasil, como por exemplo, o reembolso de ações das mesmas companhias, cuja indenização é feita de modo extremamente leve à economia nacional; uma delas vai reinvestir no Brasil, como capital estrangeiro, 75% do que lhe vamos pagar, de dinheiro nosso que assim se transforma em capital estrangeiro, graças à habilidade para os artifícios jurídicos e à influência política de seus aliados e agentes. Mas há pior ainda: a Missão teve de ouvir e concordar com as exigências de que o Governo realizasse violenta deflação em 12 meses, congelar o salário dos trabalhadores, não lhes concedendo aumento superior a 40%, e oferecer o comércio livre ao mercado internacional. O atendimento dessas exigências significou o fechamento e a aniquilação da indústria nacional, inclusive a de Estado, a onda violenta e incontrolável de desemprego, a liquidação das possibilidades de ampliação do mercado interno, a porta escancarada à especulação mais desabrada, a deterioração das relações de troca, a liquidação da política nacional de café e quantos outros males e prejuízos, que em última análise significam o agravamento da miséria e da fome do povo e a criminalização de nossas atuais condições de subdesenvolvimento e de atraso."

PLANO TRIENAL E REFORMAS

Faz, a seguir, sérias críticas ao Plano Trienal e à política econômico-financeira posta em prática pelo Governo — que agrava a má distribuição da riqueza, prejudica a indústria nacional e impede o desenvolvimento econômico, favorecendo aos trusts e monopólios estrangeiros — e afirma que a grande tarefa que se impõe a todos os patriotas é a luta pelas reformas de base, antes de tudo a reforma agrária, com a reforma da Constituição. Para isso, torna-se indispensável a firme união de todo o povo.

Em São Paulo, Miguel Arraes falou no dia 23, no Teatro Paramount, recebendo a homenagem da União Estadual de Estudantes, Pacto de Unidade Intersindical e Frente de Mobilização Popular. O ministro Almino Afonso participou do ato e o presidiu, tendo convidado para a mesa os deputados paulistas eleitos e não empossados. Antes de Arraes, falaram o estudante José Serra, o sargento Heroldes de Carvalho, o deputado Rubens Faiva e o ministro Almino Afonso.

Com a palavra, o governador Miguel Arraes agradeceu, em nome do povo de Pernambuco, a homenagem que lhe estava sendo prestada. "Él que estou sendo ouvido por homens e mulheres que colocaram como a primeira de suas obrigações a luta pela emancipação econômica e política do País, e sei que eles sabem que não poderá haver emancipação alguma sem a redução dessas diferenças regionais de condições de vida."

NORDESTE

"A consciência que o homem brasileiro está rapidamente adquirindo de suas necessidades e de suas possibilidades é um dos elementos novos mais importantes de nosso processo de mudanças. Com ela, e graças a ela, é que estamos criando e vamos consolidar a nova sociedade brasileira."

Um só exemplo pode melhor explicar essa verdade tão elementar. Durante muito tempo, o caboclo nordestino acreditou que sua miséria era devida à geografia e ao clima de sua terra; e que seu atraso era uma fatalidade da criação. Durante muito tempo aceitou, como generoso favor do senhor e do Governo, as intermináveis obras contra as secas. Hoje, o caboclo nordestino descobriu que nem a geografia nem o clima da região impediram ao senhor de viver bem e de criar os filhos como gente. E descobriu, também, que nem o senhor e nem o Governo eram tão generosos assim como distam, pois a estranha generosidade deles nenhuma melhora trouxe para sua vida e a de seus filhos. De descoberta em descoberta, o caboclo nordestino foi adquirindo consciência de sua miséria e das causas que a determinam. Suas relações com o senhor se foram modificando, endurecendo, até atingirem esse estado de tensão que faz com que se diga que o Nordeste é uma região explosiva.

Explosiva, não sei; talvez o seja. O que é fato, porém, é que o Nordeste de hoje, pela ação convergente de outros fatores, aliada a essa inexorável consciência de sua exploração e de sua miséria que adquiriu o caboclo nordestino, é uma realidade substancialmente diferente daquela de há poucos anos passados. Ali, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a tal extremo, que foi possível ao povo a vitória eleitoral sobre a alta burguesia e o latifúndio, apesar das restrições da Lei Eleitoral vigente, apesar do suborno e da fraude, apesar dos planos de falsificação dos resultados pelo roubo e pela queima de votos. E todos sabemos das profundas diferenças que ainda há entre eleitorado e povo no Brasil; todos sabemos que no eleitorado as classes estão desigual e desproporcionalmente representadas, que os soldados não votam, que os cabos não votam, que os analfabetos não votam, além de outras muitas restrições antidemocráticas, e por isso as eleições no Brasil não significam, normalmente, nenhuma oportunidade de plena expressão da vontade popular. A vitória do povo em Pernambuco foi, desse modo, um acontecimento singular em nossa história política."

OS SUBVERSIVOS

"Os donos de terras — diz adiante Miguel Arraes — estão subvertendo a ordem, praticando arbitrariedades e violências, por não terem ainda se acostumado à idéia de que no Governo já não está um deles, para oficializar a violência e a encarcerar os que apenas reclamam legítimos direitos, como até há pouco acontecia. Precisamente porque sabem que agora quem está no Governo de Pernambuco é o povo, tudo fazem para criar um falso clima de insegurança e de intranquilidade, tentando apontar o Governo como subversivo e mostrar que o Nordeste, sob a liderança de um Pernambuco incendiado pela miséria e pela fome, constitui a mais imediata e mais séria ameaça à pacífica prosperidade de outras regiões brasileiras." Denuncia então essa primária manobra política, cujos objetivos são a intervenção federal em Pernambuco e o isolamento entre o Nordeste e o Centro-Sul. E afirmou: "Quero prevenir a quem interessar possa, em meu nome pessoal e em nome do povo que me elegeu, que não nos arredemos um só passo do programa que nos traçamos e da linha de conduta pacífica e ordeira com que o estamos executando."

Mas, qualquer tentativa de ilegalidade para proteger privilégios — a intervenção, ou qualquer sutileza da mesma espécie — certamente terá consequências imprevisíveis, pela resposta que a ela saberemos dar. E outra coisa é também certa: não seremos nós, o povo de Pernambuco, os responsáveis pelo que vier a acontecer."

O IMPERIALISMO

Detem-se Arraes na análise da contradição resultante do espantoso atraso do Nordeste, que impede a ampliação do mercado interno, o que, por sua vez, limita o desenvolvimento da economia do Sul do País. E esclarece: "Fracasso muito claro, porém, que não será por milagre ou passe de mágica que se resolverão essas contradições e ocorrerá nosso desenvolvimento. Nossas contradições internas não poderão ser resolvidas sem as reformas de base, que desentramem nosso processo, e sem que resolvamos nossa contradição fundamental, aquela que é cada dia mais aguda, entre o povo brasileiro e o imperialismo. Estas duas últimas expressões nada têm de abstrato. O povo brasileiro está nas ruas, nas igrejas, nos sindicatos, nas cidades e nos campos, nas repartições, nas fábricas, nas empresas, como operário, colono e trabalhador rural, empregado e patrão, pequeno proprietário e capitalista, sacerdote, militar, comediante e industrial, profissional liberal, intelectual, estudante, desempregado, mendigo; a expressar, pelos meios que lhe são possíveis, uma premente necessidade e sua patriótica aspiração de uma nação livre e independente, de um povo que possa, pelo menos, dar teto e escola a todos os seus filhos e o mínimo indispensável de alimento à sobrevivência de todos. Esse pedir tão pouco é a reivindicação, dita subversiva, do operariado, do campesinato, da pequena burguesia e daquelas camadas de média e alta burguesias já identificadas como burguesia nacional, que constituem o povo brasileiro. O imperialismo, esse é: ainda, menos abstrato; cada brasileiro sente e sofre, diariamente, sua ostensiva presença cancerosa, a sugar a deprimida economia nacional, através de seus aliados e de seus agentes, os latifundiários e as camadas corrompidas da alta, da média e da pequena burguesias."

Explica, a seguir, que em São Paulo se concentram as mais poderosas empresas imperialistas. "Pode-se, sem exagero e sem metáfora, dizer que São Paulo é o pórtico de ex-

"O Medroso Será Cúmplice da Fome"

A convite dos operários e estudantes mineiros, o governador Arraes pronunciou, em Belo Horizonte, no superlotado auditório da Secretaria de Saúde, uma conferência sobre problemas da atualidade brasileira. Mostrou a necessidade histórica das reformas de estrutura e o dever de todos os brasileiros de engajar-se nessa luta democrática e progressista.

"Cristão ou ateu, socialista ou capitalista, o brasileiro atual tem de ser um militante do humanismo — declarou Arraes. É um direito seu, que só um obscurantismo policial e agonizante pretende negar, o de escolher o credo religioso ou a filosofia política que melhor lhe pareça, mas é seu dever, a que não pode fugir, ser um homem do seu tempo e de seu povo, um homem da revolução brasileira."

Defendeu Arraes como legítima — e, mais, como necessária — a pressão das massas e de todas as forças progressistas no sentido de que sejam aprovadas as reformas de base.

"A ninguém é mais permitido permanecer indiferente ao espetáculo degradado de nossa miséria — acrescentou Miguel Arraes. O medroso, será cúmplice da fome e da doença, que, anualmente, matam milhões de crianças e de adultos."



"Povo Brasileiro Não Admite Gorilas"

Na Guanabara, o governador Miguel Arraes discursou no CACO, onde foi calorosamente homenageado pelos estudantes e todo o povo carioca. Milhares de pessoas encheram a Faculdade Nacional de Direito, enquanto uma grande massa se espalhava em frente à escola.

O governador de Pernambuco advertiu os moços para as diferentes manobras dos inimigos do povo, que procuram dividi-lo porque "sabem que o povo unido é a maioria esmagadora, é a força invencível que vai destruir os privilégios, que vai liquidar com a intervenção imperialista — a intervenção política e a exploração econômica dos trusts e monopólios — é a força que está fazendo e vai continuar a fazer a revolução brasileira."

Afirmou Arraes que, sob pretextos como o de manter a disciplina militar, "corre-se o risco de querer transformar o Brasil numa república de opereta, na qual um gorillismo sem vez histórica quer ocupar o palco e dirigir a orquestra. O recente episódio da prisão de sargentos é prova dessa risca que estamos correndo. Mas o povo brasileiro já amadureceu o suficiente para não mais tolerar quarteladas. Para repudiar o gorillismo. Para impedir a ilegalidade e o fascismo."

PRESSÃO

Justificou Arraes a pressão das massas em função da conquista das reformas de base. "Deve o povo organizar-se em suas associações de classe, em seus sindicatos, e mobilizar-se através de organismos como o CGT, para exigir e impor a reforma agrária que convém ao Brasil. A greve política é um dos grandes fatos novos na realidade nacional. É o grau mais alto da intervenção popular no pro-

NOVOS RUMOS